



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**JI-PARANÁ
2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**JI-PARANÁ
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AHE - Aproveitamento Hidroelétrico
APIZ - Associação do Povo Indígena Zoró
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASTEC - Assistência Técnica
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BR - Rodovias Federais
BSB - Brasília
CAD ÚNICO - Cadastro Único do Governo Federal – Bolsa Família
CENTRER - Centro de Treinamento da EMATER/RO
CGDC - Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário
CGE - Coordenação Geral de Educação
CGETNO - Coordenação Geral de Promoção do Etnodesenvolvimento
CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoal Territorial
CGIIRC - Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recente Contato
CGMT - Coordenação Geral de Monitoramento
CGOF - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
CGPDS - Coordenação geral de promoção dos Direitos Sociais
CGU - Controladoria-Geral da União
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
COMIM - Conselho de Missão entre Índios
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CR - Coordenação Regional
CTL - Coordenação Técnica Local
DAF - Diretoria de Assunto Fundiário
DAGES - Diretoria de Administração e Gestão
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPDS - Diretoria de promoção ao Desenvolvimento Sustentável
DRPI - Diagnóstico Rápido Participativo Indígena
EJA - Educação para Jovens e Adultos
EMATER-RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
FPE - Frente de Proteção Etnoambiental
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
HAYO - Projeto de Formação de Professores Indígenas
IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN - Instrução Normativa
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JPR - Município de Ji-Paraná
MJ - Ministério da Justiça
MPF - Ministério Público Federal
MT - Estado do Mato Grosso
NEIRO – Núcleo de Educação Indígena de Rondônia
OCI - Órgão de Controle Interno

OPIRON – Organização dos Professores Indígenas de Rondônia
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido
PAT - Plano Anual de Trabalho
PARNA - Parque Nacional
PRES - Presidência da FUNAI
PRM - Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná
PROESI – Programa de Educação Superior Indígena Intercultural
PGF - Procuradoria Geral Federal
PMA/RO - Polícia Militar Ambiental de Rondônia
PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
Port. - Portaria
PPA - Plano Plurianual do Governo Federal
PPTI - Programa de Proteção das Terras Indígenas
PVH - Porto Velho
RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
REN - Representação de Ensino
REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RG - Relatório de Gestão
RO - Estado de Rondônia
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
SEAD - Setor Administrativo da UJ
SEAS - Serviço de Assistência Social Indígena da UJ
SEAS/RO - Secretaria de Estado de Assistência Social do Estado de Rondônia
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
SEPE - Sindicato Estadual dos profissionais da Educação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV - O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISU - Sistema de Seleção Unificado
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Terra Indígena
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNEMAT - Universidade Estadual do Mato Grosso
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

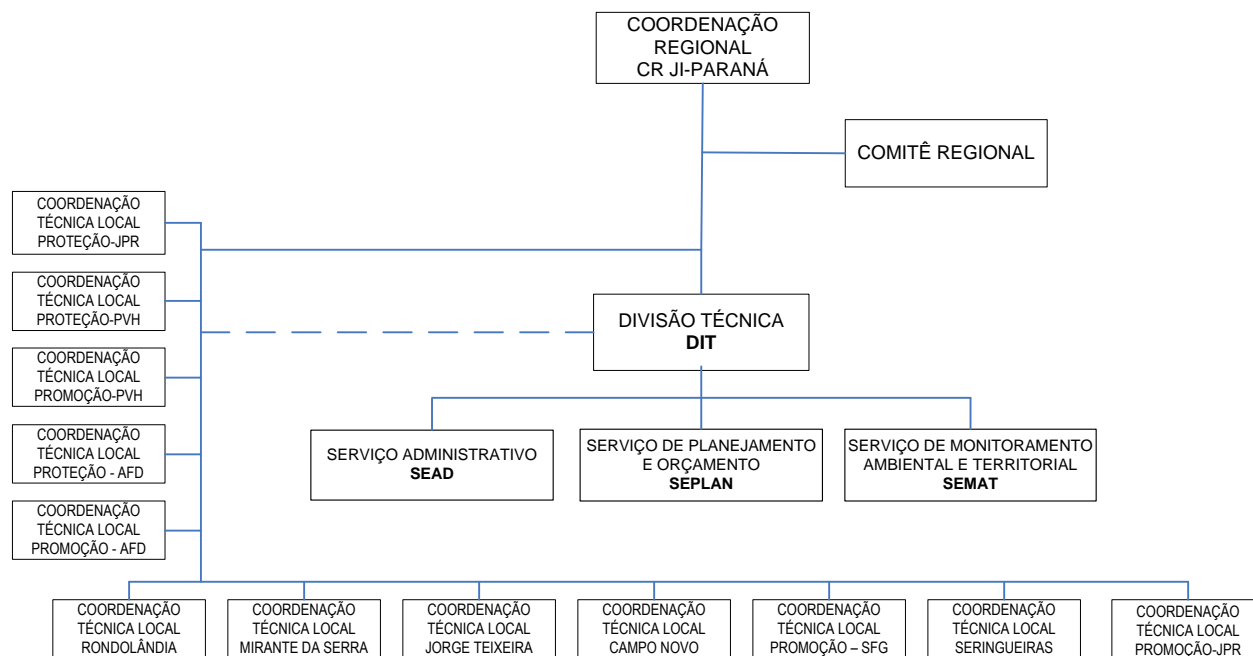
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	9
INTRODUÇÃO	14
A- CONTEÚDO GERAL	17
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	17
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	17
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	17
2.1) Responsabilidades institucionais.....	17
2.1.1) Competência institucional	17
2.1.2) Objetivos estratégicos	18
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	18
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	18
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	18
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	19
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	19
Ação nº 6698: Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas.....	19
Ação nº 2384: Proteção Social dos Povos Indígenas	23
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ.....	23
Quadro: Modalidade de procedimento realizado na Sede da CTL/PS/CR/JPR em 2011	23
Ação nº 1327: Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas	26
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ.....	26
Ação nº 2711: Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas.....	30
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ.....	30
Ação nº 6914: Resultados da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé	32
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ.....	32
3) Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau.	38
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	40
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	41
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	41
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	41
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	41
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa	41
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.....	42
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	42
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	42
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	42
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	42
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	42
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	43
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	43
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	43
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	46
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	46
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	46
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.	46
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	46

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	46
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	47
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	47
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	47
4.2) Análise Crítica.....	47
5. RECURSOS HUMANOS	48
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	48
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	48
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011.....	48
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011.	48
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2011)	48
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/11.....	49
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011.	49
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	49
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	49
5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	50
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	50
5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	50
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	50
Unidade Contratante	50
Nome: FUNAI / COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ (RO)	50
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	51
8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	51
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	51
8.2) Análise Crítica.....	51
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	52
9.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	52
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....	52
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	53
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	53
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	53
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	55
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	55
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	55
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	55
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	56
11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	59
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	59
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	59
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	59
15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício	60
Quadro A.15.3A - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	60

Quadro A.15.3B - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	60
Quadro A.15.3C - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	61
Quadro A.15.3D - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	61
Quadro A.15.3E - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	62
Quadro A.15.3F - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	63
Quadro A.15.3G - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	63
Quadro A.15.3H - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	64
Quadro A.15.3I - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	64
Quadro A.15.3J - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	65
Quadro A.15.3E - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	66
Quadro A.15.3F - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	67
Quadro A.15.3G - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	67
Quadro A.15.3H - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	68
Quadro A.15.3I - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	68
Quadro A.15.3J - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	69
Quadro A.15.3L - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	70
Quadro A.15.3M - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	71
Quadro A.15.3N - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	71
Quadro A.15.3O - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	72
Quadro A.15.3P - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	73
Quadro A.15.3Q - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	73
RESULTADOS E CONCLUSÕES	74
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	75
17.1)Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	75
Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ/RO.....	75

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Regional - CR Ji-Paraná



ORGANOGRAMA
Atualizado 05/08/2010
CGGE-DAGES

Decreto nº 7.056 de 28 de Dezembro de 2009 – DOU 29/12/2009

OBSERVAÇÃO: Organograma elaborado com base no Decreto 7056/2009, encontra-se em processo de implantação, não sendo referência plena para o exercício de 2011.

Descrição Sucinta das Competências e Atribuições do Organograma

Coordenação Regional de Ji-Paraná

A Coordenação Regional de Ji-Paraná de acordo com o Art. 22 do Decreto 7.056/09, tem as seguintes competências e atribuições:

- I. Realizar a supervisão técnica e administrativa das coordenações técnicas locais e de outros mecanismos de gestão localizados em suas áreas de jurisdição, bem como exercer a representação política e social do Presidente da FUNAI;
- II. Coordenar, controlar, acompanhar e executar as atividades relativas à proteção territorial e promoção dos direitos socioculturais das populações indígenas;
- III. Executar atividades de promoção ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas;
- IV. Executar atividades de promoção e proteção social;
- V. Preservar e promover a cultura indígena;
- VI. Apoiar a implementação de políticas voltadas à proteção territorial dos grupos indígenas isolados e recém-contatados;
- VII. Apoiar a implementação de políticas de monitoramento territorial nas terras indígenas;
- VIII. Executar ações de preservação ao meio ambiente e,
- IX. Executar ações de administração de pessoal, material, patrimônio, finanças, contabilidade e serviços gerais, em conformidade com a legislação vigente.

§ 1o. Subordinam-se às Coordenações Regionais as Coordenações Técnicas Locais, cujas atividades serão definidas em regimento interno.

§ 2o. Na sede das Coordenações Regionais poderão funcionar unidades da Procuradoria Federal Especializada.

X. Incumbe, ainda, aos Coordenadores Regionais a representação política e social do Presidente nas suas regiões de jurisdição.

Comitê Regional de Ji-Paraná

Compete ao Comitê Regional da Coordenação Regional de Ji-Paraná em conformidade com o Art. 10 do Decreto 7.056/09, as seguintes competências e atribuições:

I. Formular, articular e acompanhar o cumprimento da política indigenista no âmbito da Coordenação Regional de Ji-Paraná, baseada nos seguintes princípios:

a) garantia do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;

b) respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações;

c) garantia ao direito originário e à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes;

d) garantia aos povos indígenas isolados do pleno exercício de sua liberdade e das suas atividades tradicionais sem a necessária obrigatoriedade de contatá-los;

e) garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas;

f) garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas e,

g) garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Poder Público Estadual e Municipal que definem políticas públicas que lhes digam respeito.

II. Apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas, visando à valorização e divulgação das suas culturas;

III. Acompanhar as ações e serviços destinados à atenção e à saúde dos povos indígenas;

IV. Acompanhar as ações e serviços destinados a educação diferenciada para os povos indígenas;

V. Apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, em consonância com a realidade de cada povo indígena;

VI. Despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena;

VII. Deliberar sobre a programação anual de etnodesenvolvimento para as terras indígenas jurisdicionadas; e

VIII. Acompanhar e avaliar os resultados da política indigenista desenvolvido pela Coordenação Regional propondo alternativas de melhoria e desempenho.

Divisão Técnica – DIT

A Divisão Técnica – DIT possui as seguintes competências e atribuições:

I. Coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao sistema de Recursos Humanos, de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, e de Serviços Gerais no âmbito da Coordenação Regional;

II. Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas, aos acervos e documentos e às contratações para suporte às atividades administrativas da Unidade Jurisdicionada;

III. Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa;

IV. Promover o registro, o tratamento, o controle e a execução das operações relativas às administrações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais dos recursos descentralizados

para a Coordenação Regional;

V. Elaborar, coordenar a elaboração e consolidar os planos e programas anuais e plurianuais, bem como a elaboração da programação financeira e orçamentária da Coordenação Regional;

VI. Coordenar, controlar e executar os assuntos relativos à gestão estratégica dos recursos logísticos;

VII. Planejar, executar e coordenar as atividades e serviços de monitoramento ambiental e territorial nas terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Regional;

VIII. Desenvolver as atividades de proteção e fiscalização dos povos e das terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Regional;

IX. Planejar, executar e acompanhar as atividades de apoio a educação indígena nas aldeias e fora da aldeia nos estudos e segundo e terceiro grau;

X. Planejar, executar e acompanhar as atividades de Proteção e Assistência Social aos povos indígenas e,

XI. Apoiar e acompanhar as atividades e eventos culturais indígenas.

Serviço Administrativo - SEAD

Compete ao Setor de Serviços Administrativo - SEAD as seguintes competências e atribuições:

I. Execução das atividades relacionadas ao sistema de Recursos Humanos, de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, e de Serviços Gerais no âmbito da Coordenação Regional;

II. Planejamento e execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas, aos acervos e documentos e às contratações para suporte às atividades administrativas da Unidade Jurisdicionada;

III. Planejamento e execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa e,

IV. Promoção do registro, do tratamento, e do controle da execução das operações relativas às administrações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais dos recursos descentralizados para a Coordenação Regional.

Serviço de Planejamento e Orçamento - SEPLAN

Compete ao Setor de Serviços de Planejamento e Orçamento - SEPLAN as seguintes competências e atribuições e,

I. Elaborar, coordenar a elaboração e consolidar os planos e programas anuais e plurianuais, bem como a elaboração da programação financeira e orçamentária da Coordenação Regional;

II. Coordenar, controlar e executar os assuntos relativos à gestão estratégica dos recursos logísticos.

Serviço de Monitoramento Ambiental e Territorial - SEMAT

Compete ao Setor de Serviços de Monitoramento Ambiental e Territorial - SEMAT as seguintes competências e atribuições:

I. Planejar, executar e coordenar as atividades e serviços de monitoramento ambiental e territorial nas terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Regional e,

II. Desenvolver as atividades de proteção e fiscalização dos povos e das terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Regional.

Coordenações Técnicas Locais – CTL

Coordenação Técnica Local de Promoção de Ji-Paraná, Alta Floresta D'Oeste e Porto Velho.

I. Executar as atividades relacionadas a política de Recursos Humanos, apoio administrativo,

serviços gerais e sistema de transporte no âmbito da Coordenação Técnica Local;

- II. Planejar e execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas e suporte às atividades administrativas da Coordenação Técnica Local;
- III. Planejar e executar as atividades de Proteção e Assistência Social dos povos indígenas;
- IV. Executar as atividades de apoio a educação indígena nas aldeias e fora da aldeia nos estudos e segundo e terceiro grau aos indígenas das terras indígenas jurisdicionadas a CTL;
- V. Executar as atividades de Proteção e Assistência Social aos povos indígenas;
- VI. Executar as atividades de etnodesenvolvimento;
- VII. Executar as atividades de apoio aos eventos sociais e culturais indígenas e,
- VI. Apoiar e acompanhar as atividades e eventos culturais indígenas.

Coordenação Técnica Local de Proteção de Ji-Paraná, de Alta Floresta D' oeste, de Porto Velho, de Jorge Teixeira e de Seringueiras.

- I. Executar as atividades relacionadas a política de Recursos Humanos, apoio administrativo, serviços gerais e sistema de transporte no âmbito da Coordenação Técnica Local;
- II. Planejar e execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas e suporte às atividades administrativas da Coordenação Técnica Local;
- III. Planejar e executar as atividades e serviços de monitoramento ambiental e territorial nas terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Técnica Local e,
- IV. Desenvolver as atividades de proteção e fiscalização dos povos e das terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Técnica Local.

Coordenação Técnica Local de Rondolândia

- I. Executar as atividades relacionadas a política de Recursos Humanos, apoio administrativo, serviços gerais e sistema de transporte no âmbito da Coordenação Técnica Local;
- II. Planejar e execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas e suporte às atividades administrativas da Coordenação Técnica Local;
- III. Planejar e executar as atividades de Proteção e Assistência Social dos povos indígenas assistidos;
- IV. Planejar e executar as atividades e serviços de monitoramento ambiental e territorial nas terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Técnica Local;
- V. Desenvolver as atividades de proteção e fiscalização dos povos e das terras indígenas jurisdicionadas a Coordenação Técnica Local;
- VI. Executar as atividades de apoio a educação indígena nas aldeias e fora da aldeia nos estudos e segundo e terceiro grau aos indígenas das terras indígenas jurisdicionadas a CTL;
- VII. Executar as atividades de Proteção e Assistência Social aos povos indígenas e,
- VIII. Apoiar e acompanhar as atividades e eventos culturais indígenas.

Coordenação Técnica Local de Mirante da Serra e de Campo Novo de Rondônia

- I. Executar as atividades relacionadas a política de Recursos Humanos, apoio administrativo, serviços gerais e sistema de transporte no âmbito da Coordenação Técnica Local;
- II. Planejar e execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas e suporte às atividades administrativas da Coordenação Técnica Local;
- III. Planejar e executar as atividades de Proteção e Assistência Social dos povos indígenas da etnia Amondawa;
- IV. Executar as atividades de apoio a educação indígena nas aldeias e fora da aldeia nos estudos e segundo e terceiro grau aos indígenas das terras indígenas jurisdicionadas a CTL;
- V. Executar as atividades de Proteção e Assistência Social aos povos indígenas e,
- VI. Apoiar e acompanhar as atividades e eventos culturais indígenas.

Coordenação Técnica Local de Promoção de São Francisco do Guaporé

- I. Executar as atividades relacionadas a política de Recursos Humanos, apoio administrativo, serviços gerais e sistema de transporte no âmbito da Coordenação Técnica Local;
- II. Planejar e execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas e suporte às atividades administrativas da Coordenação Técnica Local;
- III. Executar as atividades de apoio a educação indígena nas aldeias e fora da aldeia nos estudos e segundo e terceiro grau aos indígenas das terras indígenas jurisdicionadas a CTL;
- IV. Executar as atividades de Proteção e Assistência Social aos povos indígenas e,
- V. Apoiar e acompanhar as atividades e eventos culturais indígenas.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme item “C” do Quadro A1 da Parte “B” do Anexo II da DN/TCU nº 108/2010.

As informações referentes ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, o item 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 123/2011.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 37 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 2, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 26 e 30 do anexo II da DN TCU nº 108/2010, apesar de aplicarem à natureza da unidade, não ocorreram no todo ou em parte, no período conforme está explicitado a seguir:

O item 2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira: Subitem 2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade: 2.3.3 Execução física das ações realizadas pela UJ: Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ. Essa unidade não é gestora das ações finalísticas estando a cargo dos coordenadores gerais da Fundação, por esse motivo as metas não serão apresentadas nesse relatório, mas sim pela Coordenação Geral da Sede conforme será informado nas observações de cada ação realizada pela unidade, apenas fará a análise crítica sobre as ações realizadas pela UJ.

O item 5. Recursos Humanos: Subitem 5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria: Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro, Quadro 5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada e Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12; Subitem 5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada: Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários (Coluna: *Despesas no exercício*) e Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores. Apesar de acontecer na CR, serão preenchidos pela sede, haja vista a somente a CGGP/Sede faz gestão desses controles. Subitem 5.2.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados: Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados Semente a sede da Fundação realiza concurso para provimento de cargos na UJ, por isso essa informação será fornecida pela DAGES/FUNAI.

O item 6. Transferências: Subitem 6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício: 6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011: Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência; 6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios: Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios; 6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes: Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes; 6.2) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio, termos de cooperação e contratos de repasse: Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse; 6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse: Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse; 6.3) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo. Não se aplica e não há conteúdo para esse quadro porque na Fundação essa prerrogativa é competência exclusiva da CGOF/SEDE.

O item 7. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV: Quadro A.7.1 –

Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV. Não se aplica e não há conteúdo para esse quadro porque na Fundação essa prerrogativa é competência exclusiva da CGOF/Sede.

O item 11. Gestão do Patrimônio Imobiliário: Subitem 11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial: Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ. Embora as terras indígenas estejam sob a jurisdição da CR a responsabilidade sobre a gestão e da DAF.

O item 12. Gestão de Tecnologia da Informação: Subitem 12.1) Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada: Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada. Apesar de aplicar a UJ, a política da TI da Fundação está a cargo da DAGES, e abrange apenas a sede, não havendo avanço para acontecer na Unidade Jurisdicionada de Ji-Paraná, por esse motivo o quadro não será preenchido pela CR.

O item 13. Cartão de Pagamento do Governo Federal: Subitem 13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo - 13.1.1)Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício: Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador; 13.1.2)Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade: Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica). Se aplicam a UJ, porém não há conteúdo para esse quadro em razão da UJ não utilizar o Cartão do Governo Federal.

Quanto ao item 26. Contratação de Consultores (Item 16 da Parte “C” do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010): Subitem 26.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais: Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – Não se aplica a UJ pois somente a DAGES/FUNAI possui competência para contratar consultores.

Com referência ao item 30. Termos de Parceria (Parte C, Item 38, do Anexo II da DN Nº 108/10: Subitem 30.1) Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada: Quadro C.38.1 - Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício - A UJ não celebrou nenhum Termo de Parceria no presente exercício; Subitem 30.1) Valores repassados em razão de termos de parceria firmados: Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria e Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência – Os mesmos não se aplicam a UJ pois somente a DAGES/FUNAI possui competência para formalizar Termo de Parceria com repasse de valores para o parceiro; Subitem 30.3)Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados: Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99) e Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício - Os mesmos não se aplicam a UJ pois somente a DAGES/FUNAI possui competência para formalizar Termo de Parceria com repasse de valores; Subitem 30.4)Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria: Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira – Não se aplica a UJ, essa competência é da DAGES/FUNAI.

As principais realizações da gestão no exercício tem como âncora o Decreto de Reestruturação da FUNAI a partir da instalação da Coordenação Regional, com abrangência de jurisdição nas terras indígenas Igarapé de Lourdes, Karitiana, Karipuna, Rio Branco, Uru Eu Wau Wau e Zoró foram:

Consolidação dos acordos compensatórios referentes aos impactos ocasionados pelas obras do PAC em Rondônia, notadamente os empreendimentos hidrelétricos no rio Madeira e pavimentação asfáltica da BR 429;

Aprovação e nomeação do Comitê Regional de Ji-Paraná, composto de doze lideranças indígenas e doze Coordenadores Técnicos Locais, mais o Coordenador Regional, com função consultiva e deliberativa sobre a programação das atividades fins e do relatório correspondente; Atendimento aos índios moradores das terras indígenas jurisdicionadas com fomento, capacitação e

apoio com ações de etnodesenvolvimento e fomento as atividades produtivas;

Promoção dos direitos indígenas com atendimento nas demandas de apoio a saúde, assistência social, direitos previdenciários, direitos de cidadania e apoio na busca de benefícios garantidos pelo poder público federal;

Realização de estudos históricos antropológicos e fundiários para identificação e delimitação de terra indígena para o povo Migueleno e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas Poruborá e Cabixi.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram:

A falta de pessoal, espaço físico e material para instalação das CTL e com isso poderem desenvolver os projetos e atividades inerentes a suas finalidades;

A fragilidade da cadeia de fluxos dos procedimentos dos processos de compra que culminaram com excessiva demora na aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades de apoio aos direitos indígenas;

Contingência orçamentária e financeira por parte do Governo Federal que resultaram no comprometimento da qualidade de proteção territorial, com maior problemática para as atividades de fiscalização e vigilância indígena;

Falta de controle interno atuante para acompanhar a implantação do Plano de Providência Permanente – PPP, com cobrança de resultados e relatórios sistemáticos e periódicos;

Recursos orçamentários e financeiros insuficientes para atender as ações de etnodesenvolvimento relacionado às atividades produtivas de segurança alimentar e geração de renda;

Indefinição da Sede da Fundação quanto a autonomia da gestão das ações compensatórias dos empreendimentos do PAC, resultando em significativos atrasos na implementação das programações aprovadas e,

Falta de espaço físico para instalação da Coordenação Regional com todos os setores estabelecidos pelo Decreto 7.056/09.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são:

Instalação e funcionamento do Comitê Regional para aprovação da programação anual e acompanhamento das ações de promoção e proteção dos direitos indígenas;

Instalação e funcionamento das Coordenações Técnicas Locais nos municípios aonde foram destinadas para desenvolvimento das atividades finalísticas de atendimento ao índio;

Início da construção da sede própria da coordenação visando prestar um atendimento adequado na implantação da política indigenista;

Conclusão dos estudos antropológicos de identificação da terra indígena Migueleno e realização do levantamento fundiária da área proposta;

Realização dos estudos etno-histórico-antropológico da etnia Poruborá no município de São Francisco do Guaporé e da etnia Cujubim no município de Costa Marques com vista a definir o território tradicionalmente ocupado por esses povos.

Demarcação e homologação dos novos limites físicos da terra indígena Karitiana, com publicação do Decreto no Diário Oficial da União e Registro nos Cartórios de Porto Velho e Candeias do Jamari.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: FUNAI – Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO.			
Denominação abreviada: FUNAI – CR de Ji-Paraná/RO			
Código SIORG: 088184		Código LOA: 30202	Código SIAFI: 190004
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:		(069)3411-9400	(069) 3411-3404
E-mail: vincenteFUNAI@msn.com			
Página na Internet: http://www.FUNAI.com.br			
Endereço Postal: Rua Manoel Franco, nº 1780, Nova Brasília, CEP 78963-005, Ji-Paraná - Rondônia.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.056, de 28/12/2009, publicado no Diário Oficial da União de 29/12/2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria 990/PRES, de 7 de julho de 2010, Portaria nº 1213/PRES/FUNAI, de 26/08/2010 a qual vincula administrativamente a frente de Proteção Etno-Ambiental Guaporé e Portaria 1218/PRES/FUNAI, de 26/08/2010 que vincula administrativamente a frente de Proteção Etno-Ambiental Uru Eu Wau Wau.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
194088	Fundação Nacional do Índio – FUNAI		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
19208	Fundação Nacional do Índio – FUNAI		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
194088		19208	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

De acordo com o Art. 22 do Anexo I do Decreto 7.056, de 28/12/2009, compete a Coordenação Regional de Ji-Paraná:

I - realizar a supervisão técnica e administrativa das coordenações técnicas locais e de outros mecanismos de gestão localizados em suas áreas de jurisdição, bem como exercer a representação política e social do Presidente da FUNAI;

II - coordenar, controlar, acompanhar e executar as atividades relativas à proteção territorial e promoção dos direitos socioculturais das populações indígenas;

III - executar atividades de promoção ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas;

IV - executar atividades de promoção e proteção social;

V - preservar e promover a cultura indígena;

VI - apoiar a implementação de políticas voltadas à proteção territorial dos grupos indígenas isolados e recém-contatados;

VII - apoiar a implementação de políticas de monitoramento territorial nas terras indígenas;

VIII - executar ações de preservação ao meio ambiente; e

IX - executar ações de administração de pessoal, material, patrimônio, finanças

contabilidade e serviços gerais, em conformidade com a legislação vigente.

§ 1º Subordinam-se às Coordenações Regionais as Coordenações Técnicas Locais, cujas atividades serão definidas em regimento interno, e

§ 2º Na sede das Coordenações Regionais poderão funcionar unidades da Procuradoria Federal Especializada.

2.1.2) Objetivos estratégicos

A Coordenação Regional de Ji-Paraná, em 2011, buscou implantar estratégias de articulação política junto às instituições públicas e da sociedade civil, priorizando em síntese, as ações partilhadas com demais órgãos que atuam junto às comunidades e povos indígenas, através da construção da gestão participativa.

Assim a CR/Ji-Paraná buscou garantir e a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas situados na sua área de abrangência, através da consolidação do PPA 2008-2011, bem como definir como uma prioridade institucional a introdução de práticas de planejamento participativo, envolvendo os Povos Indígenas, gestores e técnicos da Administração Regional e das Coordenações Locais, através da realização de diagnóstico Rápido Participação Indígena – DRPI, onde as comunidades definem suas próprias prioridades.

Neste novo contexto institucional, a CR/Ji-Paraná busca propiciar, aperfeiçoar e potencializar a sua atuação institucional junto às comunidades indígenas, entidades da sociedade civil e instituições públicas, ocupando a função de coordenar a Política Indigenista na sua área de abrangência.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O Plano Estratégico da Coordenação Regional de Ji-Paraná busca associar as atividades de planejamento com as atividades finalísticas exercidas pelas Coordenações Técnicas Locais. Nesta nova conjuntura, o desafio é buscar harmonização e a viabilização as parcerias com órgãos do setor governamental e entidades não governamentais, os quais tem papel preponderante nas atividades da FUNAI.

A estratégia adotada é a utilização de todos os instrumentos cabíveis no sentido de viabilizar a execução das atividades e dos projetos considerados relevantes para se atingir os objetivos propostos, em particular a instalação do Comitê Regional, cuja ausência, dessa instância de controle, contribui para a fragilidade de atuação da Coordenação e conseqüentemente de suas atribuições.

A implantação deste instrumento melhorará sobremaneira às políticas da Fundação para a promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas além de dar uma prova concreta da contribuição das populações indígenas locais.

Espera-se que instalação e funcionamento pleno das doze Coordenações Técnica Locais, enfatizando que em sua maioria carecem de estruturação física e qualificação funcional, e do Comitê Regional possam atender de forma satisfatória a grande maioria das ações demandadas pelas populações indígenas.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O Plano de Ação desta Coordenação Regional foi estruturado a partir do levantamento das necessidades das comunidades e povos indígenas, utilizando-se a metodologia de diagnosticar as reais atividades a serem priorizadas. Assim, a regularização fundiária, as ações assistenciais e as atividades de proteção e de gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas apresentaram-se como sendo importantes eixos estruturais a serem planejados e executados, indubitavelmente, a participação dos colaboradores são relevantes e extremamente necessárias.

A Coordenação aportou recursos humanos e financeiros em atividades e projetos importantes dentre outros:

- delimitar as terras indígenas, provendo a continuidade no andamento dos processos fundiários das Terras Indígenas.
- fomentar as ações de etnodesenvolvimento e demais ações assistenciais.

Todas estas atividades foram contempladas, de forma integral ou parcial, assim como as ações de planejamento para a estruturação da Coordenação Regional com suas respectivas CTLs.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Ação nº 6698: Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

Para contribuir com o cumprimento da meta física, a CR desenvolveu as seguintes atividades complementares:

a) Terra Indígena Igarapé Lourdes:

Capacitação realizada no período de 19 a 30/10, na aldeia IKolen II, para indígenas das etnias Arara e Gavião, ambos da terra indígena Igarapé Lourdes, para atuar nas ações de vigilância indígena previstas no Plano Anual de trabalho da referida área, para desenvolver atividades de proteção, vigilância e monitoramento indígena em conjunto com a FUNAI.

Manutenção das bases física Jatuarana e Madeirinha, com reconstrução das casas de apoio, sendo necessária a aquisição dos materiais de construção e instalação elétrica e hidráulica, bem como os insumos para a manutenção das bases, entre outros materiais de consumo necessários para as obras. Todos os materiais básicos estão adquiridos para concluir as obras e realizar a manutenção das bases, estando pendente a cobertura e ligação elétrica e hidráulica na base Jatuarana, e ligação elétrica e hidráulica na base do Madeirinha, que se concluirão no início do próximo exercício.

Realizações de atividades continuam de proteção territorial da terra indígena, com fiscalização, monitoramento e vigilância, tanto nas bases físicas como operações volantes. A seguir registros fotográficos dos acampamentos nas bases físicas durante a reconstrução e fiscalização e operações executadas no igarapé Prainha e no rio Machado, contando com a parceria da Polícia Militar Ambiental na execução do trabalho ostensivo e dos indígenas na logística de acesso a lugares de difícil acesso.



Acampamento base do Jatuarana



Acampamento base do Madeirinha



Operação no igarapé Jatuarana



Operação no rio Machado

b) Terra Indígena Zoró:

Capacitação realizada no período de 22 a 31 de outubro na aldeia Pawanewa para indígenas da etnia Zoró, da terra indígena Zoró, para atuar nas ações de vigilância indígena previstas no Plano Anual de trabalho da referida área, para desenvolver atividades de proteção, vigilância e monitoramento indígena em conjunto com a FUNAI.

Manutenção da base física da aldeia Barreira e instalação de outra base no Rio Branco. A base da aldeia Barreira é precária, serve mais como um ponto de apoio, precisa de instalações elétricas e hidráulicas, a do rio branco precisa ser construída e instalada. Os materiais básicos foram adquiridos com atraso, por isso os serviços serão efetivados no próximo exercício. Contudo são bases (que na verdade pontos de apoio seria a melhor denominação), que não corresponde a necessidade.

Realizações de atividades contínuas de proteção territorial através da fiscalização, monitoramento e vigilância nas duas bases físicas e no interior da terra indígena com a participação dos índios. A seguir fotos desses procedimentos.



Estacas apreendidas na Base da Barreira e entregues às lideranças Zoró.



Vigilância Indígena no limite da TI ZORÓ com a TI Sete de Setembro.



Fotos de varias ações em parceria com a PF, IBAMA, Força Nacional e outros da Operação Arco de Fogo. Com objetivo de coibir a extração de madeira no limito as TI Sete de setembro com a TI Zoró.



Fotos de varias ações em parceria com a PF, IBAMA, Força Nacional e outros da Operação Arco de Fogo. Com objetivo de coibir a extração de madeira no limito as TI Sete de setembro com a TI Zoró.

c) Terra Indígena Rio Branco

Capacitação realizada no período de 08 a 17 de julho na aldeia Colorado, para indígenas residentes na TI Rio Branco, para atuar nas ações de vigilância indígena previstas no Plano Anual de trabalho da referida área, para desenvolver atividades de proteção, vigilância e monitoramento indígena em conjunto com a FUNAI.

Manutenção da base física da Linha 86, construída e mantida com recursos das ações compensatórias da pavimentação da BR 429.

Realizações de atividades contínuas de proteção territorial através da fiscalização, monitoramento e vigilância na base física e no interior da terra indígena com a participação dos índios.

d) Terras Indígenas Karitiana e Karipuna

Capacitação realizada no período de 01 a 12 de novembro na aldeia Central da TI Karitiana para indígenas das terras indígenas Karitiana e Karipuna, para atuar nas ações de vigilância indígena previstas no Plano Emergencial de compensação das referidas áreas. O objetivo principal é capacitar estes indígenas para desenvolverem atividades de proteção, vigilância e monitoramento indígena em conjunto com a FUNAI.

Realizações de atividades contínuas de proteção territorial através da fiscalização, monitoramento e vigilância no entorno e interior das terras indígenas com a participação dos índios.

e) Problemas Identificados

Problemas identificados por este setor mediante notícia de um fato ilícito feita pelos indígenas, Departamento da Polícia Federal, Ministério Público Federal e outros:

- Terra indígena Uru Eu Wau Wau:
 - 1 – extração de madeira na linha 48;
 - 2 – extração de uma grande quantidade de estaca na linha 48;
 - 3 – caçadores a 5 km da aldeia L 621;
- Terra indígena Rio Branco:
 - 1 - pescadores no igarapé Gregório no período de defeso;
 - 2 – caçadores e pescadores na linha 106;
 - 3 – bebida alcoólica entrando na terra indígena;
 - 4 – entrada de pessoas não autorizadas na terra indígena;
 - 5 – venda de peixe realizado por alguns indígenas.
- Terra Indígena Zoró:

- 1 – a policia federal (operação arco de fogo) recebeu uma denuncia de uma serraria clandestina as margens do Rio Roosevelt e,
- 2 – pescadores no rio Branco e Roosevelt;
- Terra Indígena Igarapé Lourdes:
 - 1 – pescadores no rio machado, afluentes e vazantes;
 - 2 – coletores de castanha e óleo de copaíba;
 - 3 – venda ilegal de peixe;
 - 4 – não indígenas dentro do território;
 - 5 – desmatamento realizado o ano passado ainda não levantado danos ambientais, e
 - 6 – linha 86 extração de estacas com conveniência de alguns indígenas.
- Terra indígena Karipuna:
 - 1 – extração ilegal de madeira identificada no relatório 01 deste setor entregue a CGMT, CR e DPF.
- Terra indígena Karitiana:
 - 1 – extração ilegal de madeira identificada no relatório 01 deste setor entregue a CGMT, CR e DPF.

- Ações que apresentaram problemas de execução

Os procedimentos do processo de compra a partir da pesquisa de preço até a homologação do sistema licitatório pela modalidade pregão tem consumido um tempo de meses, muito superior aquele programado para execução das atividades planejadas no plano de trabalho, comprometendo os trabalhos de campo, principalmente a manutenção das bases e as atividades de proteção territorial.

A limitação na concessão de diárias por servidor/ano associada à contenção orçamentária e financeira limitaram o trabalho de fiscalização, vigilância e monitoramento das terras indígenas, comprometendo a qualidade dos serviços na contenção de invasores, bem como para pagamento aos indígenas pelos serviços de vigilância que executam no interior de suas terras.

Dificuldades e gargalos enfrentados para execução da ação de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas:

- Veículos insuficientes e velhos para o trabalho;
- Recursos humanos limitados na CR/JPR, tendo apenas um servidor lotado no SEMAT;
- Falta de equipamentos de registro de dados, possuindo apenas uma máquina fotográfica em condições de uso, dificultando o registro das atividades;
- Resistência de alguns funcionários a mudanças de vícios culturais instituídos dentro do órgão;
- Falta de capacidade técnica administrativa dos servidores da CR;
- Procedimentos administrativos dentro da CR/JPR com a falta de alguns setores;
- Ameaças sofridas por servidores feitas por indígenas da etnia Suruí;
- Terras Indígenas Roosevelt e Sete de Setembro envolvidas com a extração ilegal de madeira;
- Falta de diálogo entre a Frente de Proteção Uru Eu Wau Wau e CR/JPR/SEMAT;
- Dependência financeira dos índios da Etnia Zoró e,
- Dificuldade de comunicação com os técnicos responsável pela BR 429.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Realização de 4 cursos onde foram capacitados tendo 91 indígenas e 4 servidores, em técnicas de monitoramento territorial e ambiental que abordou vários temas ligados a proteção territorial. Sendo um curso que não estava previsto no planejamento do ano de 2011, mas realizado em parceria com Santo Antônio Energia e FUNAI executado em 01 a 12 novembro de 2011.

Embargo e cancelamento de licenças de funcionamento de 7 serrarias no município de Pacaranã.

Articulação e atuação com a operação Arco de Fogo em Espigão do Oeste em 3 operações.

Articulação com Ministério Público Federal e articulação e atuação com a Polícia Militar Ambiental de Rondônia.

- Ações prioritárias na LDO

Essa unidade não é gestora dessa ação finalística, portanto, as informações de metas físicas estão a cargo da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Fundação - CGMT.

Ação nº 2384: Proteção Social dos Povos Indígenas

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

A metodologia de trabalho utilizada no desenvolvimento das atividades foram os atendimentos na sede da unidade e visitas às terras indígenas através de mutirão tendo a parceria com as instituições responsáveis pelos programas sociais implantados pelas diversas políticas públicas, sejam elas sociais educacionais e previdenciárias.

O objetivo é assegurar aos Povos Indígenas à Acessibilidade dos Direitos Sociais e Previdenciários, assim como sua inclusão nas Políticas Públicas destinadas aos beneficiários indígenas. As etnias atendidas por meio deste setor foram: Gavião, Arara, Tupari, Aruá, Makurap, Zoró, Amondawa, Uru Eu Wau Wau, Cinta Larga, Wajuru, Sakirabiá, Karitiana, Karipuna e Kassupá/Salamã.

O número de indígenas atendidos foram 3.921 pessoas, sendo 1.226 através de mutirões, e, 2.695 através da sede da CR Ji-Paraná e das Coordenações Técnicas Locais.

Os procedimentos realizados na sede da unidade jurisdicionada atenderam as modalidades apresentadas no quadro a seguir:

Quadro: Modalidade de procedimento realizado na Sede da CTL/PS/CR/JPR em 2011

<i>Descrição</i>	<i>Atendimentos Realizados</i>
Acompanhamento do Bolsa Família	Desbloqueio de Benefício; Cadastros no CAD ÚNICO; Cadastros para o Bolsa Família e Atualização de Benefício
Acompanhamento ao Banco	Desbloqueio de Cartão; Abertura de Conta;Recebimento de Salário Maternidade e entre outras
Atendimentos Previdenciários	Entradas em Benefícios tais como: Salário Maternidade; Pensão por Morte; Auxílio Doença; Aposentadoria por Idade Rural; Aposentadoria por Invalidez
Atendimentos Administrativos	Emissão de RANI e Segunda Via; Emissão de Certidão de Óbito; Emissão de Declaração de Residência; Abertura de Processos Administrativos para Alteração de Nome Indígena; Emissão de Certidão de Atividade Rural; Consultas Cadastrais; Plastificações; Xerox de Documentos Diversos; Declaração de União Estável, entre outras.

A Erradicação do Sub-Registro de nascimento civil foi realizada através de mutirão envolvendo a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS do governo estadual e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, nas aldeias da Terra indígena Zoró no município de Rondolândia/MT, dividido em duas etapas período de 15 a 25.03.2011 o segundo em 15 a 22.06.2011, tendo-se alcançado 98% da demanda prevista, conforme espelhado no quadro a seguir.

Aldeia	Registro Civil - Já Emitidos	Registro Civil à Emitir	Pessoas não Encontradas na Aldeia	Total de Pessoas Atendidas
Zawã Kej (Barreiras)	14	08	14	22
Ikarej (Pepoyo)	-	11	-	11
Wabaj Kajej (Saga Puga)	07	26	01	33

Guwã Puxurej (José)	16	25	11	41
Ipisirei (Juarez)	01	11	01	12
Paraíso da Serra	-	13	-	13
Zurup Wej (Escola Estadual)	04	02	-	06
Paulo Sergio	05	05	05	10
Duandjurej (serrinha)	11	31	01	42
Tamalisyn (Raimundo)	13	46	12	59
Seringal (apeti)	01	07	01	08
Imbupeaxurej (Chiquinho)	09	16	01	25
Aldeia Casa Verde (Bedorap)	01	06	-	07
Anguj Tapua (Santa Maria)	25	27	08	60
Pawanewã	08	18	04	30
Zawã Karej Panyjeje	01	11	-	12
Bubyrej (Central)	26	20	13	59
Panjirawã (Betão)	03	04	-	07
Ipê Wyrej	04	31	-	35
Zé Carlos	08	07	-	15
Santa Cruz	06	05	-	11
Total de Registros de Nascimento Civil á Emitir			330	
Total de pessoas atendidas			493	

Atendimento a solicitação do Ministério Público Federal com deslocamento a Terra Indígena Rio Branco para coletar informações acerca das solicitações feitas em ofício nº 32/2011/PRM//JP/SOTC-6ª CCR - ICP 1.31.001.000316/2009/14 e para subsidiar decisões em processo, assim sendo realizado e encaminhado ao Ministério Público Federal em Ofício nº 123 /GAB/AER/JPR-RO datado em 13 de Junho de 2011.

Realização de Trabalhos de Cadastramento e Recadastramento do bolsa família no município de Alta Floresta D'Oeste/RO com deslocamento a todas as aldeias da terra indígena Rio Branco, no período de 08 á 11.06.2011, numa parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social com a CR Ji-Paraná, devido a dificuldades das famílias indígenas se deslocarem até a cidade de Alta Floresta do Oeste. O Resultado deste trabalho foi o atendimento de 72 (setenta e dois) famílias recadastradas e 9 (nove) famílias Cadastradas que para o momento já estão recebendo.

Realização de Trabalhos de Cadastramento e Recadastramento do bolsa família no município de Ji-Paraná no período de 9 á .17.06.2011, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social que disponibilizou servidores para realizar estes trabalhos in loco em todas as aldeias da terra indígena Igarapé de Lourdes. O Resultado deste trabalho foi o atendimento de 220 (duzentos e vinte) famílias recadastradas e 15 (quinze) famílias Cadastradas.

Deslocamento aos Cartórios de Registro Civil para Assinar e Buscar Certidão de Nascimento Civil nos municípios de Jaru/RO, Governador Jorge Teixeira/RO, Mirante da Serra/RO e São Francisco do Guaporé/RO, no período de 28.06 a 02.07.2011, para assinar e buscar registros de nascimentos civil que foi encaminhado aos cartórios as RANIS para emissão do registro de nascimento civil, das etnias Uru Eu Wau Wau, Amondawa e Indígenas da Terra Indígena Rio Branco área fluvial. Os resultados desta atividade estão no Quadro a seguir.

Município	Total de Registros Civil Emitidos por Município
Jaru	21
Governador Jorge Teixeira de Oliveira	162
Mirante da Serra	86
São Francisco do Guaporé	73
Total de Registros de Nascimento Civil emitido	342

Deslocamento ao município de Porto Velho/RO em atendimento a ICP 1.31.000.000988/2011-46, para proceder a um levantamento sobre indígenas da etnia PAUMARI, realizado no período de 10 á 12.12, com reunião com indígenas da etnia Paumari para tratar da estadia dos mesmos no estado de Rondônia, foi levantado varias questões, tais como: Atendimento a saúde no que tange a FUNASA (SESAI), atendimentos junto a FUNAI, bem como o retorno para a aldeia localizada em Lábrea no estado do Amazonas, quando os índios presentes na reunião relataram que:

- O atendimento oferecido na CASAI aos indígenas PAUMARI não esta acontecendo de forma completa, pois quando precisam de transporte da CASAI para se deslocarem do local onde residem até a CASAI, não são atendidos, mas quando eles por conta própria se deslocam até a CASAI são atendidos, mesmo que tenham que esperar muito.
- Sobre o atendimento da FUNAI, eles afirmaram que quando necessitam de algum atendimento, se deslocam a Coordenação Técnica em Porto Velho e são atendidos, mas eles querem que a FUNAI atenda com maior comunicação realizando levantamento com esta comunidade da etnia Paumari que residem quase todos no mesmo local para viabilizar trabalhos junto com os mesmos.
- Descartaram a alternativa de retorno para a terra indígena de origem, pretendendo voltar para morar na cidade de Lábrea, mas por enquanto pretendem ficar em Porto Velho devido às oportunidades de trabalho.

Na oportunidade realizamos um diagnóstico, onde levantamos dados que 23 pessoas sendo mulheres, homens e crianças querem voltar para Lábrea, mas não no momento o senhor Lino relatou que só depois que terminar o tratamento de sua perna é que pode retornar, o restante pretende um dia voltar, mas não sabe quando. Obtivemos informações sobre documentos básicos, benefícios Sociais e questões relacionadas à Escola onde encaminharemos estas informações ao Coordenador Técnico Local de Promoção Social de Porto Velho, para os encaminhamentos que verificar-se necessário. Somam um total de 64 indígenas, sendo que três famílias não conseguiram contato.

Visita domiciliar á família do indígena Célio Makurap em atendimento a ICP 1.31.000.000169/2008-01 com visita domiciliar a família da Indígena Rosimar Majipo dos Santos, para subsidiar documentos ao Ministério Publico, realizadas no Distrito de Riozinho, município de Cacoal, para realizar diagnostico sobre a realidade destas famílias. Em contato com a mãe de Célio, senhora Catarina Makurap, ela relatou que são um total de 23 três indígenas da etnia makurap que residem no distrito de Riozinho, divididos em três famílias sendo que duas destas famílias pretendem morar na Terra Indígena Rio Branco especificamente na aldeia Barranco Alto. Na oportunidade foi realizada visita domiciliar a família da indígena Rosimar Majibo dos Santos, da etnia Sakirabia, conforme solicitação feitas em ofício nº 32/2011/PRM//JP/SOTC-6ª CCR - ICP 1.31.001.000169/2008-01 para subsidiar decisões em processo, assim sendo realizado e encaminhado ao Ministério Publico Federal em Ofício nº 405 /GAB/AER/JPR-RO datado em 20 de dezembro de 2011.

Foram identificados indígenas portadores de necessidades especiais, assim distribuídos: Terra Indígena Zoró uma pessoa; Terra Indígena Rio Branco uma pessoa; Terra Indígena Karitiana uma pessoa; Terra Indígena Uru Eu Wau Wau uma pessoa; Terra Indígena Puruborá duas pessoas; Terra Indígena Igarapé Lourdes uma pessoa; e Terra indígena Wajuru uma pessoa.

- Ações que apresentaram problemas de execução

O processo de compras da CR não providenciou em tempo hábil a aquisição de todos os produtos e serviços, cujos recursos orçamentários foram liberados para tal, prejudicando a programação. Estes recursos não foram utilizados.

Falta de recursos para deslocamentos até as comunidades e as precárias condições das estradas dentro dos territórios indígenas.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Entrega de cobertores doados pela Receita Federal de Cuiabá às famílias indígenas jurisdicionadas a Coordenação Regional.

Na primeira etapa a distribuição dos cobertores aconteceu na Terra Indígena Igarapé Lourdes, por estar próxima a cidade e o acesso ser mais fácil. Foram beneficiadas 201 famílias, distribuídas nas aldeias Maloca Grande, Nova Esperança, Sol Nascente, Final da Área, Teleron, Tucumã, Cacoal, Cascalho, Castanheira, Paygap, Iterap, Ikolen, José Antônio.

Na segunda etapa a distribuição dos cobertores aconteceu para as Famílias Indígenas. Aldeias atendidas; Aldeia Trincheira, Aldeia Alto Jaru, Aldeia 621, Aldeia 623, Aldeia Jamari e aldeia Alto Jamari, na Terra Indígena Uru eu Wau Wau, beneficiando 44 famílias.

Cadastramento e recadastramento do Bolsa Família juntamente com a Secretaria Municipal de Assistencial Social de Rondolândia/MT, e entrega de cobertores em todas as aldeias da Terra Indígena Zoró, com o recadastramento do Bolsa família totalizando 30 famílias. Juntamente com este trabalho foi realizada a entrega de cobertores para as Famílias Indígenas, beneficiando 169 famílias.

- Ações prioritárias na LDO

Essa unidade não é gestora dessa ação finalística, portanto, as informações de metas físicas estão a cargo da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais da Fundação - CGPDS.

Ação nº 1327: Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

Apoio a estudantes indígenas de nível superior. Os acadêmicos do Curso Intercultural – UNIR/RO e UNEMAT/MT, com auxílio para deslocamento de retorno para suas aldeias; levar para rodoviária, referindo-se aos estudantes da UNEMAT/PROESI, lhes são assegurados recursos para o deslocamento da aldeia até a cidade, passagens terrestres até Barra dos Bugres/MT e ajuda de custo para apoio à alimentação dos mesmos neste trajeto.

Os acadêmicos das faculdades particulares: atualmente são somente quatro: 02 desistiram devido não possuem condições de viver na cidade, só com essa ajuda de custo que não vem de forma contínua e sistemática. Os bolsistas são:

Nº	Acadêmico	Curso /Faculdade	Situação
01	Maria José Telles Sabino Kaxinawa	7º Período de Licenciatura em Biologia -ULBRA	Retornado este ano de 2012, pois em 2011, teve que trancar, ficou de licença médica devido gravidez de alto risco de gêmeas
02	Assis Y. Cherembombal Gavião	7º período do Curso de Bacharelado em Biologia - ULBRA	Retornando este ano de 2012, pois em 2011 teve que trancar, pois ficou de licença médica, sofreu acidente quebrou a perna e ficou com a perna cheia de ferro e em seguida sua filha pequena morreu com problemas diversos.
03	Marilena Payryna Karitiana	7º período de Enfermagem - FARO /PVH	Este ano vai para o 8º período e pagar umas disciplinas do 7º período que ficou devendo.
04	Elivar Karitiana	9º período de Engenharia Florestal na FARO/PVH	Este ano vai cursar o 10º período e pagar umas disciplinas do 9º período que ficou devendo

Em parceria com órgãos parceiros como UNIR, SEDUC e outros, foram realizados diagnósticos dos Territórios EtnoEducativos das comunidades: Karipuna, Kaxarari, Karitiana, Amondawa, Gavião, Arara, (Faltando o da Terra Indígena Rio Branco porque a REN/SEDUC de Alta Floresta ainda não enviou cópia para a FUNAI e da T.I. Uru Eu Wau Wau porque ainda não foi efetuado.

Realização do diagnóstico do território Tupi Monde na Terra Indígena Igarapé Lourdes, com reuniões do diagnóstico nas 08 escolas existentes. O diagnóstico foi concluído, faltando a sistematização pela SEDUC; Na Terra Indígena Zoró o diagnóstico foi realizado nas 23 escolas existentes. Os dados estão sendo sistematizados pela responsável da educação da CTL Zoró. Na Terra Indígena Rio Branco o diagnóstico foi realizado nas 13 escolas indígenas. Os dados estão sendo sistematizados pela REN de Alta Floresta do Oeste. Na Terra Indígena Wajuru não tem escola indígena, os estudantes estudam na escola municipal da comunidade, foram efetuados os levantamentos, o diagnóstico foi feito e os dados estão sendo sistematizados pela REN de Alta Floresta do Oeste. Na Terra Indígena Puruborá só existe uma escola na aldeia Aperuy, pertencente ao município de Seringueiras, porém a escola tem apenas uma cobertura de palha, sem paredes com piso de terra. Os dados estão sendo sistematizados pela REN de Alta Floresta do Oeste. Na Terra Indígena Miguelenos existe uma escola na comunidade e pertence ao povo indígena, mas estudam alunos não índios. Ainda está sendo coletado informações para completar o diagnóstico. Os dados serão sistematizados pela REN de Alta Floresta do Oeste. A Terra Indígena Cujubim ainda se encontra em estudo etno-antropológico. O diagnóstico foi realizado no município de Costa Marques. Os indígenas estão localizados na periferia da cidade, sem escola própria. A comunidade foi ouvida para o diagnóstico, ainda se está coletando informações. Os dados serão sistematizados pela REN de Alta Floresta. Na Terra Indígena Karitiana houve reuniões do diagnóstico nas 05 escolas existentes. Os dados estão sendo sistematizados pela SEDUC/REN de Porto Velho. Na Terra Indígena karipuna existe apenas 01 escola, onde foi realizada as reuniões do diagnóstico. Os dados estão sendo sistematizados pela SEDUC/REN de Porto Velho. A Terra Indígena Cassupá ainda não está criada. Muitos deles residem numa área do Ministério da agricultura Pecuária e Abastecimento, no Km 08 da BR 364, outros residem espalhados na periferia da cidade de Porto Velho-RO. Os dados estão sendo sistematizados pela SEDUC/PVH. Na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau os estudos do diagnóstico ainda não foram realizados, devido a falta de agenda dos parceiros e tempo disponível das comunidades. Na Terra Indígena kaxarari os estudos do diagnóstico ainda não foram realizados, devido à falta de agenda dos parceiros, tempo disponível das comunidades e a falta de meios para deslocamento da equipe.

No dia 18 de abril de 2011, os técnicos da educação da UJ participaram da Reunião do NEIRO, no auditório do Ministério Público Federal em Porto Velho, com a participação de 05 lideranças e professores indígenas das etnias Arara e Gavião, entidades do NEIRO, (FUNAI, UNIR, SEDUC, MPF, CIMI, COMIM e OPIRON) e representantes de Associações Indígenas para discutir sobre a implementação da Lei 578/10 que trata do cargo de magistério indígena e quadro administrativo para escolas indígenas e sobre a Criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena.

No dia 19 de abril de 2011, foi implantado o 2º Grau Indígena na escola da aldeia Karitiana, pela SEDUC/PVH. Não houve a presença de técnicas da FUNAI no evento, mas não se pode deixar de registrar esse ponto positivo do trabalho da educação indígena.

Dia 17.05.2011, Na Sede da APIZ em Ji-Paraná RO, a UJ participou de Reunião com o diretor e funcionários das aldeias e escolas Zawa Kaarj Paangjej e Zarup Wy, para organização do início da sessão escolar prevista para o dia 23/05/2011, onde foram discutidos sobre as providências para subsidiar o funcionamento da mesma como: transporte escolar; lotação de servidores; equipamentos como: motor gerador de energia e rádio de comunicação. Dia 19/05/2011, aconteceu outra reunião, no mesmo local com o diretor e pessoal da escola, para tratar da situação da professora não indígena que não se adaptou na escola, sendo deliberada a substituição da mesma. Dia 23.05.2011, em Rondolândia, servidora da CTL participou da Comissão Organizadora do Processo de Votação para a escolha do assessor Pedagógico da SEDUC de Mato Grosso, para representar a SEDUC no município atendendo as escolas estaduais indígenas e não indígenas na região.

Nos dias 26 e 27 /05/2011, representantes da UJ participaram do V Fórum do NEIRO, ocorrido em Porto Velho-RO, com o Tema: Educação Escolar indígena e Políticas Públicas,

conforme registrado na ata do evento. Na oportunidade foi tratado da implantação do ensino médio na Aldeia karitiana e em demais aldeias que possuem demanda; foi tratado a respeito da implantação de curso de formação nível técnico de segundo grau na área de saúde para os indígenas que trabalham na área de saúde e para posterior formação de nível superior em enfermagem, pela UNIR.

Nos dias 23 e 24 de 08/11, técnicas da CR participaram do encontro do território etnoeducacional do Povo Cinta Larga, no Distrito de Riozinho em Cacoal; e no período de 25 e 26 de 08/11, acompanhou a equipe da SEDUC na realização dos trabalhos de educacionais nas aldeias.

Realização de reuniões nas aldeias em parceria com a SEDUC para escolha dos professores a serem contratados por processo seletivo, com envolvimento da comunidade nesses encaminhamentos.

Dias 09, 10 e 11.06.11, encontro na aldeia Iterap, para auxiliar os indígenas: Célio Arara, Marli Arara, Sebastião Arara e Sandra Arara na elaboração de trabalho acadêmico da faculdade, referente a pesquisa bibliográfica.

Apoio técnico e logístico ao projeto cultural Cantos da Floresta com a participação do grupo musical Mawaca, de São Paulo, na Oficina de musica na aldeia Ikolen no dia 16/08/11, com índios das etnias Zoró e Gavião e do Show Musical realizado no Esporte Clube Vera Cruz em Ji-Paraná, no dia 17/08/11.

Acompanhamento dos levantamentos para averiguação da situação de caça e pesca na T. I Zoró, referente ao Diagnóstico Socioambiental que está sendo realizado pela equipe da Kanindé.

Participação nos encontros realizados com parceiros e comunidades para tratar da limpeza da estrada e recuperação de ponte e bueiro da estrada que dá acesso as aldeias da terra indígena Igarapé Lourdes.

Auxilio no deslocamento de indígenas da etnia Gavião das aldeias Ikolen e Iterap para participarem do Curso de Licenciatura Básica Intercultural - Formação de Professores Indígenas Nível Superior - UNIR.

Acompanhamento do Curso Intercultural com três turmas, com um total de 150 estudantes indígenas do estado de Rondônia, pertencentes as Coordenações e CTLS de Ji-Paraná, Cacoal, Porto Velho, Vilhena, Alta Floresta.

Acompanhamento do Curso Projeto Açaí II, realizado na EMATER em Ouro Preto do Oeste -RO, no período de 14 de novembro a 20 de dezembro de 2011.

Atendimentos diários aos indígenas estudantes sobre questões relacionadas à educação acadêmica e suas participações em eventos diversos. No total o setor atendeu aproximadamente 50 estudantes indígenas. Também, foi atendido, uma média de 30 pesquisadores não indígenas, das diversas escolas e faculdades do país.

Concessão de ajuda de custo aos indígenas relacionados no quadro abaixo, para participarem da reunião de pactuação dos Territórios Etno Educacionais – TEE.

Nº	Nome do Indígena	Ajuda de Custo (R\$)	Nº	Nome do Indígena	Ajuda de Custo (R\$)
01	Puruen Uru Eu Wau Wau	100,00	39	Erovaque Uru Eu Wau Wau	100,00
02	José Palahv Gavião	50,00	40	Wermiton P. Venâncio S. Gavião	50,00
03	Nestor Arara	50,00	41	Agnaldo Z. Zoró	50,00
04	Hosana Castro de Oliveira	200,00	42	Gilvana Rodrigues de Freitas	200,00
05	Camila Freitas Lima	200,00	43	Analicia Makurap	120,00
06	Edmar Aruá	120,00	44	Márcia F. Aruá	120,00
07	Márcio Aruá	120,00	45	Fernando M Duarte	120,00
08	Paulo Rossi T Kanoe	120,00	46	Messias M. Akugi Kampé	120,00
09	Raul P Tupari	120,00	47	Adriaino Abai Tupari	120,00
10	Cesar Koari Tupari	120,00	48	Francisca Jaboti	120,00
11	Manoel Jaboti	120,00	49	José Porite Arikapu	120,00
12	Walda Ibanez Braga	250,00	50	Helinton T. S. Gavião	50,00
13	Marli Pene Arara	50,00	51	Claudio Germani Tupari	120,00
14	Dalton A. Tupari Firmino	120,00	52	Elivaldo Eli Kampe	120,00

15	Eva Maria G. de Oliveira	250,00
16	João Pa At Tupari	120,00
17	Celio Nakit Arara	50,00
18	Elivaldo Eri Kampe	120,00
19	Gisele de O. Montanha	200,00
20	Edmilson Iterandu Zoró	200,00
21	Isaias Tupari	120,00
22	Iram Kav Sona Gavião	50,00
23	Valdeir Pereira da Conceição	350,00
24	Adriano karipuna	223,00
25	Rogério Karitiana	223,00
26	Renato Karitiana	223,00
27	Joel Campés	223,00
28	Luiz Carlos karitiana	223,00
29	Edivan Alves Costa Kaxarari	223,00
30	Renato Karitiana	223,00
31	Antenor Karitiana	223,00
32	Luiz Carlos Karitiana	223,00
33	Angelica Karipuna	223,00
34	Batiti Karipuna	223,00
35	Maria H. Cassupa	223,00
36	Miguel A. Kaxarari	223,00
37	Jair Costa Kaxarari	223,00
38	Leonio Kampé	120,00

53	Francinete Makurap	50,00
54	Joel Tupari	120,00
55	Cesar Koari Tupari	120,00
56	Sebastião Gavião	50,00
57	José C. de O. dos Santos	200,00
58	Francisco Embuza Zoró	200,00
59	Celso Souza da Silva Kaxarari	223,00
60	Jair Zoró	200,00
61	Batiti Karipuna	223,00
62	Inácio Karitiana	223,00
63	João Batista Karitiana	223,00
64	Clovis Fernando Cassupá	223,00
65	Orlando Karitiana	223,00
66	Francisca Souza da Silva Kaxarari	223,00
67	Edson farias de Oliveira Kaxarari	223,00
68	Orlando Karitiana	223,00
69	Inácio Karitiana	223,00
70	João Batista Karitiana	223,00
71	Adriano Karipuna	223,00
72	Clovis Kassupa	223,00
73	Rosinalda S. de Souza	223,00
74	Rodrigo S. de S. Kaxarari	223,00
75	Maria Costa Kaxarari	223,00

- Ações que apresentaram problemas de execução

A descentralização dos recursos dentro dos prazos suficientes para providenciar os meios para realização dos eventos educacionais conjuntamente com os parceiros.

O elevado índice de alcoolismo entre os indígenas da Terra Indígena Rio Branco e entre os Kaxarari e karitiana, até os professores indígenas que deveriam dar exemplo, bebem dando exemplo negativo para seus alunos, pois quando vão para a cidade bebem além da conta.

O retardamento na sistematização dos trabalhos e a falta de acompanhamento da FUNAI nessa sistematização devido a contingência de recursos e meios para a equipe participar.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Indígenas que receberam recursos para auxiliar nas despesas de deslocamento para participarem na UNB/Brasília da Oficina de ortografia da língua Tupari, com linguistas estudiosos da língua.

Nº	Nome	Valor
01	Isaias Tupari	300,00
02	Raul Tupari	300,00

Apoio financeiro individual de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) para os acadêmicos indígenas: Jair Zoró, Francisco Embusa e Edmilson Iterandu Zoró, para custear deslocamento ate Barra dos Bugres/MT para participar do PROESI 3º grau indígena.

Apoio financeiro a indígena tupinambá, Avelina Pereira da Conceição, com ajuda de custo durante o ano letivo de 2011, com o valor de R\$ 910,00 (Novecentos e Dez Reais).

Acadêmicos indígenas que receberam apoio financeiro para custear despesas outras oriundas de cunho acadêmico despesas em curso superior na condição de bolsistas: Valcemir Canoe (R\$ 300,00), Elivar karitiana (1.800,00) e Marilena Payryna Karitiana (1.800,00).

Estudante indígenas que receberam apoio financeiro no valor de R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), para custear despesas durante a participação no Projeto Hayo de formação para o Magistério Indígena pertencentes a CTL/Zoró: Amim Cinta Larga, Rute Xisanjut Zoró e Marco

Tapagxig Zoró.

- Ações prioritárias na LDO

Essa unidade não é gestora dessa ação finalística, portanto, as informações de metas físicas estão a cargo da Coordenação Geral de Educação Indígena da Fundação - CGE.

Ação nº 2711: Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

Cultivos de roças tradicionais, nas aldeias Ikolen I, Ikolen II, Boa Esperança, Cacoal, Cascalheira, Maloca Grande, Zezinho, Paulo Pasav, José Antônio, Enoque, Castanheira, Final de Área e Sol Nascente.

Realizada a aquisição de combustíveis e lubrificantes, ferramentas e de corrente para motosserra, com recursos da CGETNO.

O Governo de Rondônia não forneceu em tempo hábil as sementes certificadas de milho e arroz prejudicando o plantio e a produção. Todavia os indígenas efetuaram as plantações utilizando grãos e sementes tradicionais.

Coleta e Comercialização da Castanha do Brasil nas aldeias IkolenI, IkolenII, Boa Esperança, Cascalheira, Maloca Grande, Zezinho, Paulo Pasav, José Antônio, Final de Área e Sol Nascente. Totalizou 35 toneladas de castanha colhida e comercializada, ressalte-se que esta atividade prevista seria realizada com recursos de Emenda Parlamentar, mas esses não foram liberados e ainda que a limpeza da estrada e a coleta da castanha foram realizadas pelos indígenas, utilizando recursos próprios.

A FUNAI/CRJPR - Atividades produtivas, prestou apoio no transporte de indígenas para fazerem a coleta e o transporte da produção dos castanhais até o mercado consumidor.

Coleta e Comercialização da Castanha do Brasil, na comunidade da aldeia Paygap. Foram coletadas 06 toneladas de castanha. Esta atividade era prevista para ser realizada com recursos de Emenda Parlamentar, mas os referidos recursos não foram liberados e a limpeza da estrada e coleta da castanha foi realizada pelos indígenas, utilizando os recursos próprios.

A FUNAI/CR JPR - Atividades produtivas prestou o devido apoio no transporte dos indígenas para o local de coleta bem como o transporte da produção dos castanhais até a cidade de Ji-Paraná onde foi comercializada.

Manutenção de Roças Tradicionais na Aldeia Paygap. 05 hectares de culturas implantadas em fase de desenvolvimento, sendo que a comunidade indígena também não recebeu as sementes de milho e de arroz do Governo do Estado de Rondônia.

Foi realizada a reforma da parede da casa de farinha.

Coleta e Comercialização de castanha da aldeia Iterap. Foram colhidas 11 toneladas de castanha e comercializadas. Chuvas intensas dificultaram o transporte dos indígenas até o local dos castanhais e conseqüentemente houve uma menor coleta.

Implantação de pequenos pomares de fruteiras diversificadas nas roças da aldeia Iterap, com plantio de 100 mudas de citrus (Laranja, tangerina Ponkan e limão) e 100 mudas de bananas. As mudas de bananas foram plantadas. As mudas de Citrus não foram adquiridas para o plantio, devido a não liberação de recursos de Emenda Parlamentar.

Criação de galinha caipira, na aldeia Igarapé Lourdes, em regime semiextensivo. Em fase de execução a construção de abrigo empírico telado para abrigar as aves, criação de 65 frangas e 15 frangos.

Produção de roças de mandioca e aumento da renda, nas aldeias Trincheira, Alto Jamary, Jamary, Alto Jarú, 623 e 621, com o cultivo de 35 hectares de mandioca, sendo 25 há na aldeia

Trincheira e 2 hectares em cada uma das outras, com produção de 100 toneladas para a aldeia Trincheira e 20 toneladas para as demais aldeias. A atividade foi prejudicada pela não liberação de recursos de emendas parlamentares, com as quais estavam previstos o custeio de diárias de supervisão, aquisição de sacarias, aquisição de plantadeira de mandioca, de carro-plataforma e de micro trator com implementos.

Plantio e Manutenção de Roças Tradicionais e pequeno pomar, em 22 aldeias: – Anguy Tapua, Pawanewã, Bubyrey, Ipê Wyny, Pandynawa, Pandanawey, Ibepuaxurey, Duabryrej, Tamalysin, Seringal, Duandynrej, Abesewap, Paraíso da Serra, Ipisyrej, Santa Cruz, Guwã Puxurej, Webaj Karej, Ikary, Barreira, Rio Azul, Zawa Karej e Zarup Wej, com cultivo de 61 hectares no geral. Foi alcançada parcialmente os indígenas ainda estão plantando as mudas de fruteiras. A Atividade foi prejudicada devido ao não fornecimento de sementes por parte do Governo de Rondônia.

Fomento ao extrativismo do óleo de copaíba, nas aldeias Anguy Tapua, Pawanewã, Ibepuaxurey, Tamalysin, Duandynrej, Paraíso da Serra, Ipisyrej, Santa Cruz e Guwã Puxurej. Coletados 530 litros de copaíba. Existe dificuldade na comercialização do produto, por falta de compradores e de preços compensadores. Há a necessidade de garantia de preços mínimos por parte do Governo Federal, para assegurar a coleta e comercialização regular do produto.

Fomento à piscicultura, nas aldeias Bubyrey, Duandynrej, Paraíso da Serra, Santa Cruz, Guwã Puxurej e Barreira, para produção de 15 toneladas de pescado se encontra em andamento. Não foi possível realizar a piscicultura nas aldeias devido a problemas nas barragens das aldeias. Devido aos problemas nas barragens, a atividade foi transferida para a barragem da Associação Zoró - APIZ, em Ji-Paraná-RO, a partir de 10 de dezembro de 2011, onde os alevinos estão sendo criados até o peso de 100 gramas para que posteriormente sejam transportados para as Aldeias.

Coleta e comercialização de castanha do Brasil, nas aldeias Anguy Tapua, Pawanewã, Bubyrey, Ipê Wyny, Pandynawa, Pandanawey, Ibepuaxurey, Duabryrej, Tamalysin, Seringal, Duandynrej, Abesewap, Paraíso da Serra, Ipisyrej, Santa Cruz, Guwã Puxurej, Webaj Karej, Ikary, Barreira e Rio Azul: A coleta, beneficiamento e comercialização de 80 toneladas de castanha foram realizados conforme o previsto.

Criação de galinha caipira, nas aldeias Anguy Tapua, Pawanewã, Bubyrey, Ipê Wyny, Pandynawa, Pandanawey, Ibepuaxurey, Duabryrej, Tamalysin, Seringal, Duandynrej, Abesewap, Paraíso da Serra, Ipisyrej, Santa Cruz, Guwã Puxurej, Webaj Karej, Ikary, Barreira e Rio Azul, com distribuição de 120 frangas e 25 frangos caipira, em regime semiextensivo, para produção de carne e ovos para reforçar a alimentação da comunidade. Atividade implantada e em execução.

Cursos de capacitação na cultura do café para 40 indígenas: atividade totalmente concluída, apesar de não terem sido liberados recursos financeiros de emendas parlamentares, destinados à aquisição de alguns materiais.

Realizado o Diagnóstico Rápido Participativo Indígena na terra indígena Zoró. A conclusão dos DRPI das terras indígenas Igarapé de Lourdes e Uru Eu Wau Wau não foi feita, pois estava previsto ser custeada com recursos de Emenda Parlamentar a qual não foi liberada.

Atividade de coleta e comercialização de 25 toneladas de castanha do Brasil, nas aldeias 23 aldeias da TI Rio Branco - foram adquiridos apenas parte dos combustíveis e sacarias necessários. O restante não foi providenciado porque faltou a liberação de recursos financeiros de emendas parlamentares.

Atividade de Plantio de roçados de arroz, milho, feijão mandioca, plantados no sistema tradicional, com meta prevista de 90 hectares de culturas de arroz, milho e feijão consorciados, parte consorciados com lavoura de café de 155 hectares, produzindo 800 toneladas de mandioca, 900 sacas de arroz em casca, 1000 sacas de milho e 170 sacas de feijão. Atingida parcialmente.

Atividade de Implantação de pomar de citrus, nas aldeias Colorado, Encrenca, Castilho, Cajui II, Cajui I, Estaleiro, Poção, Morro Pelado e Palhal, com área de 0,6 hectares por aldeia. As mudas foram adquiridas e repassadas à comunidade, esta faltando somente os indígenas fazerem os plantios.

- Ações que apresentaram problemas de execução

Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas programadas para a atividade, apoio no transporte da produção e comercialização do excedente - Aquisição de caminhão 3/4, conserto do caminhão F4000, transporte dos produtos agrícolas e das necessidades das comunidades – Faltou motorista para dirigir o caminhão.

As sementes de arroz, milho e feijão fornecidas pelo Estado através da EMATER chegaram atrasadas e não houve liberação de recursos por parte da FUNAI para aquisição dos insumos por isso as roças novas foram prejudicadas, já no plantio e também será na produção.

No Plano de Trabalho anual aprovado pela CGETNO, aproximadamente 2/3 dos recursos financeiros seriam liberados através de Emenda Parlamentar Federal, devidamente aprovada com orçamento disponibilizado para a Fundação. Por algum motivo esses recursos financeiros não foram descentralizados, nem a programação pode ser mudada. Essa situação prejudicou 65% dos projetos e atividades programadas para as terras indígenas jurisdicionadas, afetando diretamente os PAT's para criação de aves caipira e criação de peixe nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Uru Eu Wau Wau e Igarapé de Lourdes; o mesmo ocorrendo com a coleta de castanha nas terras indígenas Zoró, Igarapé de Lourdes e Rio Branco; com o plantio dos novos roçados para produção de alimentos e venda de excedentes em todas as terras indígenas; situação idêntica com a aquisição de combustíveis e lubrificantes para apoiar logisticamente as atividades de produção, transporte da safra, entrega de insumos e materiais para as comunidades e ainda a construção de casas de farinha incluindo o barracão e os maquinários.

As estradas vicinais dentro das terras indígenas se encontram em precário estágio de conservação prejudicando os acessos as comunidades e principalmente no escoamento da produção. Sendo que nas atividades de extrativismo, principalmente da castanha do Brasil, o acesso aos castanhais de fato penoso, face os carreadores não permitir o tráfego de veículos.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Os cultivos tradicionais foram plantados pelos índios utilizando sementes próprias e as ferramentas adquiridas no exercício de 2010, no final do ano, somente foram distribuídas no ano de 2011.

- Ações prioritárias na LDO

Essa unidade não é gestora dessa ação finalística, portanto, as informações de metas físicas estão a cargo da Coordenação Geral de Promoção do Etnodesenvolvimento da Fundação - CGETNO.

Ação nº 6914: Resultados da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

1) Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena.

Referências sob jurisdição da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha/Juruena a partir do 2º semestre de 2011.

Referência	UF	Nome da Referência	Situação	Etnia	Terra Indígena
Nº (09)	AM/PA	Rio Paruari	Em pesquisa	Desconhecida	
Nº (10)	AM	Alto Cunumã	Em Pesquisa	Desconhecida	
Nº (55)	MT	Piripikura	Recém contatados	Denominados pelos Gavião de Piripikuras	
Nº (56)	MT	Igarapé Boca da Mata	Em Pesquisa	Desconhecida	

N° (57)	MT	Médio Rio Branco.	Em pesquisa	Desconhecida	T.I Aripuanã
N° (58)	MT	Arara do Rio Branco	Em pesquisa	Desconhecida	T.I Arara do Rio Branco.
N° (59)	MT	Kawahiva do Rio Pardo	Confirmada e Delimitada	Kawahiva	
N° (60)	MT	Igarapé Pacutinga	Em pesquisa	Desconhecida	
N° (61)	MT	Pontal	Em pesquisa	Desconhecida	
N° (63)	RO	Norte da T.I Zoró	Em pesquisa		T.I Zoró
N° (73)	PA	Serra do Cachimbo	Em pesquisa	Desconhecida	

A T.I Piripikura e T.I Kawahiva são as bases concentradas para o exercício de atividades desenvolvidas nas demais referências abrangentes contando com apoio de equipe móvel.

Atividades Desenvolvidas na T.I. Piripikura - Referência (55) /2011

Monitoramento e localização geográfica através de expedição de monitoramento realizada nos dias 08/08 a 11/08/2011, com o objetivo de monitorar e localizar, observando o estado de saúde e a região onde os índios ocupam. Abaixo fotos de tapiri antigo queimado pelos próprios índios e do Igarapé Garcinha.



Tapiri Queimado pelos índios



Pontos do igarapé Garcinha que se encontra seco no mês de agosto.

Nessa expedição a equipe deparou com alguns vestígios ainda recentes dos piripikuras, nesse local foi percebido cortes na vegetação e vários ouriços de castanhas abertos para a coleta do fruto, com abate de uma castanheira que foi derrubada pelos piripikuras para coleta dos frutos ainda não granados e uruás pendurados, conforme fotos abaixo.



Ouriços de castanhas abertos para coleta dos frutos



Uruás pendurado do lado externo do tapiri

Também foram encontrados novos tapiris na forma de rabo de jacu e no Igarapé Garcinha vestígio da pesca feito com cipó de timbó, conforme fotografias abaixo.



Tapiri encontrado no formato rabo de jacu.



Cascas de tiquiuba utilizada na pescaria.

A expedição foi concluída com sucesso percebemos que os índios estão saudáveis e fartos de alimentos.

Fiscalização, Proteção e Vigilância.

A fiscalização fluvial foi realizada no Rio Branco limite sul da T.I Piripikura, no período de 15/08 a 18/08/2011, com o objetivo de verificar se há presença de pessoas não indígena como: pescadores, pesquisadores, garimpeiros e demais presenças que comprometam a segurança dos indígenas.

Foi constatada irregularidade próxima ao retiro da fazenda Barradão, referente a uma estrada nova, com extensão de 2.500 (dois mil e quinhentos) metros até as margens do Rio Branco, bem próximo a cachoeira do rio Garça, facilitando a entrada de pescadores e o transporte de gado à outra margem do Rio Branco onde existe uma ocupação denominada AARBA (Associação dos Amigos do Rio Branco e Afluentes de Rondolândia - MT).

Na margem esquerda, no sentido subindo o rio, várias propriedades fazendo exploração de madeiras e ampliação de pastagens para a criação de bovinos. Essas atividades implicam em uma fiscalização com mais intensidade. Também, foi encontrado varias pegadas de pessoas, provavelmente pescadores e caçadores, em toda região fiscalizada, onde foram apreendidos materiais, peixes e caças já pescados e caçados, respectivamente. Os indícios encontrados mostram pelo menos cinco pessoas em cada acampamento encontrado.

Monitoramento e Localização Geográfica

A expedição de monitoramento e localização dos indígenas Piripikuras aconteceu no período; 03/10 a 05/10/2011, com o objetivo de localizar os indígenas e observar a região de ocupação e registrar os vestígios para análise de consultoria antropológica.

A entrada da expedição se deu por uma estrada aberta pelos madeireiros e que ainda oferece passagem para veículos pequenos. Após percorrer um trecho de 9,5 km, a equipe encontrou uma ampla queimada na floresta, com vários focos de fogo com algumas árvores ainda em pé expelindo fogo e com ajuda o vento provocando ainda mais queimadas. Observações da equipe concluíram que o fogo se originou somente naquelas mediações e tudo indicava que os proprios piripikuras que passaram por ali e atearam fogo em algum tronco seco de árvore isso e um habito deles neste periodo do ano e com isso acidentalmete o fogo se expandiu fazendo uma ampla queimada.

Pelo igarapé Garça a equipe caminhou até chegar ao tapiri nº59 pela tabela de tapiris. Ali, não foi encontrado nenhum sinal da presença dos indígenas, naquelas proximidades já há algum tempo. Descendo pelo leito seco do igarapé por uns 40min, começaram a surgir algumas poças de água e também vestígios da presença dos indios que passaram pela região realizando pescarias com

utilidade do timbó. A partir deste vestígio, outros em sequência evidenciaram a presença dos piripikuras na região, em aproximadamente uns vinte dias que deixaram o local. Em seguimento foram encontrados vestígios com várias barragens feitas de folha de palmeiras (babaçu), para melhorar o efeito do timbó assim em um espaço menor quando ainda o volume de água é muito, o cerco de folha palmeira servirá também para melhor captura dos peixes. A equipe foi descendo o igarapé, passando por vários tapiris todos com vestígio da presença dos índios há poucos dias atrás.

Os piripikuras permaneceram nesta local, acredita-se até enquanto o igarapé oferecia alguns pontos com água facilitando a pescarias para os mesmos, e a partir em que a água se diminuía eles iam descendo o igarapé, a ponto de explorar a região extraíndo e mantendo suas sustentabilidades e após se deslocando para outro local.

Nesta pequena expedição através dos vestígios percebemos que os indígenas voltaram a ocupar o mesmo tapiri, o mesmo moquém e estão utilizando a mesma rede. No período de agosto de 2010 a abril de 2011 a equipe sempre encontravam nos locais de ocupação dos piripikuras, cada indígena com seu tapiri, seu moquém com seu fogo e sua rede.

Monitoramento e Localização

Expedição realizada no período de 12 a 16 de outubro de 2011, com o objetivo de localizar os indígenas para uma aproximação para análise de uma consultoria antropológica. Expedição seguiu pela estrada sul/norte da área até um ponto estratégico, se embrenhando na mata abrindo uma trilha, seguindo uma rota programada para encontrar vestígios recentes dos indígenas piripikuras.

No dia 12/10/2011, a equipe saiu da base piripikura pela estrada sul/norte na TI piripikura, aberta por madeireiros há uns 04 anos atrás. A entrada na mata seguiu um pequeno trecho em um dos afluentes do Garcinha até chegar à foz e daí descendo o igarapé Garcinha até chegar ao igarapé das garças, nesses trajetos procurou-se vestígios dos índios, sem nenhum sinal dos mesmos, retornando a base três dias depois.

Entre 14/11 a 19/11/2011, nova expedição de monitoramento e localização juntamente com o antropólogo João Denófrio e os indígenas Aripun Karipuna e Rita Piripikura. Nessa expedição foi encontrado sinais da presença dos piripikuras, através de cortes recentes em folhas de palmeiras. Seguindo os vestígios pelos afluentes formadores do Duelo, foi encontrado pegadas na área. Esses vestígios indica que teriam passado no dia anterior assim com afirmação do indígena Aripun karipuna.

Nas cabeceiras do igarapé Duelo havia pegadas dos piripikuras. Segundo Rita e Aripun índios estavam pelo leito do igarapé. Mais na frente foi encontrado sinais como: retirada de envira e cortes em folhas de palmeiras Babaçu para fazer uruás, que os índios tinham matado algum tipo de caça a após seguindo sem deixarem vestígios.

Fiscalização de Proteção e Vigilância na T.I. Kawahiva - Referência (59)/2011.

No período de 25/04 a 05 de maio de 2011, foi realizada inspeção na fazenda do Guilherme, com o objetivo de verificar eventual invasão de madeireiros e a expansão de benfeitorias de fazendeiros ou alguma outra irregularidade, referente denúncias de possível realização de roçadas dentro da terra indígena. Na sede da fazenda foi constatada a retirada de aproximadamente 200 (duzentas) cabeças de bovinos, existente no local na ocasião da fiscalização anterior. Muitas sacas de sal para bovinos estavam armazenadas na sede da fazenda. Com relação a denuncia da realização de trabalhos (roçada), a mesma não se concretizou.

A fiscalização pelo rio Aripuanã - limite leste da T.I Kawahiva do Rio Pardo teve o objetivo de verificar a eventual invasão de madeireiros e a expansão de benfeitorias de fazendeiros que ainda insiste em manter os caseiros na terra interdita, bem como o avanço de grileiros, madeireiros e fazendeiros, visto ser este rio um dos limites mais frequentados por pescadores, justamente nesta época do ano quando os tracajás estão desovando a presença de pescadores é muito grande.

Seguindo pelo rio, no porto há 18 km de Colniza sentido Guariba, havia muitos pescadores subindo e descendo o rio com seus barcos carregados de caixas de isopor com gelo. Na descida do

rio a equipe passou por vários barcos de pescadores, um deles parou a equipe, eram dois policiais militares, cabo Brandão e o soldado Campos e mais um outro senhor conhecido como caroço responsável pela Secretaria do Meio Ambiente de Colniza/MT, que estavam ali para prender pescadores em atividade ilícita. Vários pescadores passaram pelo local, mas nenhum foi vistoriado ou preso. Neste dia paramos na boca do Pagão, fomos até a aldeia dos araras que moram ali mais de 40 quarenta anos, para buscar acompanhante. O índio Janderrubes, se propôs a acompanhar a equipe.

No dia 14/08/2011, a equipe chegou à divisa da reserva, sem indício de invasores. Daí foi até a foz do rio Muriru, onde tem uma pousada de um grupo de advogados, a qual esta dentro do mosaico do Apuí. Na conversa com o caseiro da pousada o Sr. João Eloi, conhecido como Joãozão, o mesmo falou que já tem uma estrada que atravessa o rio Pacutiga e chega até o muriruzinho. João disse que o projeto da estrada é chegar até a pousada na Foz do Rio Muriru. Se realmente isto acontecer podemos ter vários problemas e até mesmo vir a acabar com a referencia do maracanã. A equipe retornou ao limite do Igarapé Pagão, onde montou acampamento, quando avistou, subindo o rio, quatro barcos de pescadores que estavam vindos do Rio Maracanã. No dia seguinte a expedição foi até as terras da Cropodia, esta propriedade está aproximadamente a uns 10 km do Rio Aripuanã. Na fiscalização pela região não foi visto nenhuma irregularidade. A equipe retornou para a foz do igarapé Pagão, onde está o acampamento.

Monitoramento e Localização realizada no período de 01 a 11 de novembro 2011, na Cabeceira igarapé pagão e médio igarapé piranha, e passando, pela cabeceira do rio pardo, com o objetivo de encontrar vestígios recentes, averiguar a existência de invasores na TI. KAWAHIVA.

Os índios kawahiva estão habitando o igarapé piranha nas duas margens eles vivem caçando, pescando, coletando frutas e mel, com derruba de muitas árvores ao longo das margens do igarapé. Como conversam muito alto e estão próximo das fazendas, todas elas vigiadas por pistoleiros. A situação é preocupante, caso haja um encontro dos pistoleiros com os índios, o que exige uma atenção redobrada da Funai naquele limite da T. I. Kawahiva do Rio Pardo, antes que seja tarde.

No dia 01/11/2011, a equipe seguiu pelo limite da terra indígena onde está havendo uma grande extração de madeira muito próximo do limite, de um plano de manejo do senhor Riva, com isso o barulho das grandes máquinas abrindo estradas e arrastando árvores inteiras para todo lado, a equipe seguiu em frente mais ouviu o barulho das máquinas por mais dois dias, sem haver vestígios de índios.

No dia. 04/11/2011, a equipe caminhou pela margem do rio Piranha, não viram vestígio de índios. No dia seguinte continuaram seguindo o rio por mais um dia sem encontrar os indígenas. No dia 07/11/2011, a equipe encontrou a trilha dos índios, com muitos vestígios de sua estada naquele local, passou por um tapiri, no qual esteve no dia anterior e seguiu a trilha deixada por eles. Bem mais a frente ao parar para fazer registro das evidências escutaram os índios conversando na margem do piranha, ficando ali parados tentando gravar a conversa, em vão. Aproveitaram para deixar um facão e um machado de brinde para os índios.

Em uma trilha dos kawahivas se chegou até o local onde os índios estavam no dia anterior. Foi constatado que eles pegaram o machado e o facão que a equipe havia deixado em uma árvore. Mais a frente havia um tapiri sem índios presentes, mas com fogo ainda aceso e as tralhas arrumadas para carregar para outro tapiri, na saída a equipe deparou com um grupo de índios composto por homens, mulheres e crianças. A equipe se afastou com a sensação de que os índios não gostaram da presença deles. Foi constatado que os índios, ano a ano estão descendo mais e mais o rio Piranha e o encontro com os homens branco será inevitável em um futuro muito próximo.

No entorno da T. I. Kawahiva o desmatamento e retirada de madeiras está acontecendo sem controle dos órgãos de fiscalização do meio ambiente. A equipe da Funai tenta intensificar a vigilância no igarapé Piranha para que os invasores não encontre os índios isolados, conforme foto abaixo do acampamento.

2) Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé.
Referências sob a jurisdição da FPE Guaporé no ano de 2011.

Referência	Nome da Referência	Situação	Etnia	Terra Indígena
Nº 51	Massaco	Confirmada	Desconhecida (possivelmente Sirionó)	T.I. Massaco/RO
Nº 52	Akuntsun do Vale do Rio Omerê	Contatado	Akuntsun	T.I. Rio Omerê/RO
Nº 53	Índio do Buraco	Confirmada	Desconhecida	T.I. Tanaru/RO
Nº 54	Rio Tenente Marques	Não confirmada	Desconhecida (possivelmente Nambiquara)	Parque do Aripuanã/RO/MT
Nº 62	Kanoê do Vale do Rio Omerê	Contatado	Kanoê	T.I. Rio Omerê/RO
Nº 72	Rio Iquê	Não confirmada	Desconhecida	T.I. Enauwe-nauwe e PN Rio Iquê/MT

Na T.I. Massaco, a FPE Guaporé atua no monitoramento de ocupação do grupo de índios isolados, possivelmente da etnia Sirionó. A Frente atua para identificar possíveis ameaças e/ou a vulnerabilidade que possam colocar em risco a sobrevivência do grupo. Seu objetivo é de proporcionar a proteção física e cultural do povo. Na T.I. Rio Omerê a Frente trabalha com promoção aos direitos e proteção física e cultural aos remanescentes das etnias Kanoê e Akuntsun, contatados pela FUNAI em 1995. Nas referências (de nº 54 e 72) são áreas com informações da presença de índios isolados, de etnias desconhecidas, que ainda precisam ser confirmadas. Para tanto, ali são desenvolvidos expedições terrestres no interior da mata e sobrevoos para o reconhecimento da região e localização da presença dos grupos.

a) Terra Indígena Massaco (Referência nº 51):

Na Fiscalização/Vigilância de proteção da terra indígena e manutenção da Base foram realizadas as seguintes atividades: as expedições de vigilância mensais e em períodos de estiagem foram realizadas em alguns pontos de 15 em 15 dias. São percorridos todos os acessos aos limites, de motocicleta, carro e/ou a pé, com limpeza através de roçados em torno dos marcos e placas de identificação dos limites e troca de placa danificada e/ou furtada nos limites do lado Sudeste, Leste e Nordeste da T.I. Massaco; permanência por tempo integral da equipe na Base Massaco, localizada no interior da área; manutenção da Base; e, expedição de vigilância no lado norte (rio Branco) e Oeste (rio Guaporé) da T.I. Massaco, no período de 12 a 23/05/2011 e de 10 a 28/11/2011.

No monitoramento dos índios isolados foram realizadas as seguintes atividades: expedição de monitoramento dos índios isolados no interior da T.I. Massaco, ao longo do rio Massaco, no período de 04 a 07/05/2011; levantamento da presença de índios isolados em afluentes da margem direita do rio Baía Rica, no período de 12 a 23/05/2011; expedição de monitoramento dos índios isolados no interior da T.I. Massaco, na serra da Tartaruga e cabeceiras do igarapé Centro Grande, no período de 14 a 28/06/2011; e expedição de monitoramento dos índios isolados no interior da T.I. Massaco, no lado Oeste da serra João Antunes e afluentes da margem direita do rio Baía Rica, no período de 16 a 28/11/2011.

No relatório do terceiro trimestre a equipe registrou a presença de vestígios de pessoas com atividades ilícitas, provavelmente entorpecentes, no interior da T.I. No relatório do quarto trimestre foram registrados vestígios da presença de pescadores ao longo do rio Terebinto e Colorado; em todas as expedições de monitoramento foram registrados vestígios da presença e ocupação dos índios isolados nas regiões expedicionadas; ao longo do rio Massaco, serra João Antunes, cabeceiras do igarapé Centro Grande e afluentes do rio Massaco e Baía Rica.

Atividades realizadas pela Frente por encaminhamento da CGIIRC na T.I. Massaco: expedição no rio Massaco no período de 04 a 07/05/2011; expedição na Baía Rica no período de 12 a 23/05/2011; expedição na Serra da Tartaruga no período de 10 a 28/06/2011; expedição na Baía

Rica no período de 16 a 28/11/2011.

Terra Indígena Rio Omerê (Referência nº 52 e 62):

Na Fiscalização/Vigilância na proteção da terra indígena e manutenção da Base foram realizadas as seguintes atividades: expedições de vigilância bimestrais e em períodos de estiação mensais. Nestas vigilâncias foram percorridos todos os acessos aos limites, de motocicleta, carro e/ou a pé, com limpeza através de roçados entorno dos marcos e placas de identificação, troca de placa danificada e/ou furtada, nos limites da T.I. Rio Omerê; permanência por tempo integral da equipe na Base, localizada no interior da reserva; realizada operação de fiscalização junto com o IBAMA e PF, sobre exploração de madeira realizada pelo fazendeiro Antônio Carlos Schumann, no interior da T.I. Rio Omerê, no final do mês de outubro; gestões junto à procuradoria da FUNAI para cancelamento das autorizações para exploração florestal e licença rural, concedidas pela SEDAM. Autorizações canceladas através da Decisão da Liminar, no final do mês de novembro.

Na promoção e acompanhamento dos índios de recente contato Akuntsun e Kanoé foram realizadas atividades de apoio de logística a linguista Carolina Aragon nos estudos da língua dos índios Akuntsun; apoio ao índio Manuel, da etnia Sakirabiat, interprete na comunicação da equipe com os índios da etnia Akuntsun; apoio alimentar para os índios da etnia Akuntsun e Kanoé durante tratamento de saúde; apoio na abertura de roças tradicionais na produção de alimentos, com fornecimento de sementes tradicionais de outras aldeias para complemento alimentar dos mesmos, colocação de trapiche nos alagados no caminho a aldeia dos Akuntsun; e apoio do tratamento de saúde dispensado pela SESAI aos índios da etnia Akuntsun e Kanoé no período de 07 a 15/11/2011; o gado e pessoas de duas fazendas ainda continuam no interior da T.I. Rio Omerê amparados por uma decisão judicial, aguardando parecer final da comissão de julgamento de boa fé da FUNAI; e, no final do mês de outubro a equipe flagrou no interior da área exploração de madeira, amparada por licença e autorização emitidas pela SEDAM. As mesmas foram canceladas através de uma decisão judicial e a atividade foi paralisada após a operação do IBAMA, FUNAI e PF.

Expedições realizadas pela Frente nas atividades encaminhadas pela CGIIRC na T.I. Rio Omerê: vigilância na fazenda São Sebastião no dia 20/05/2011; vigilância na fazenda São Sebastião Schumann no dia 26/05/2011; vigilância na fazenda São Sebastião e São José no dia 10/09/2011; vigilância no limite da fazenda São Sebastião no dia 27/09/2011; fiscalização na fazenda São José no dia 26/10/2011; e, fiscalização na fazenda São José no dia 28/10/2011, em conjunto IBAMA e PF.

b) Terra Indígena Tanaru (Referência nº 53):

Expedições realizadas pela Frente, por demanda da CGIIRC na T.I. Tanaru: Terra interdita Tanaru, no período de 24 a 27/01/2011; vigilância e monitoramento do índio do buraco, no período de 17 a 20/03/2011; vigilância e monitoramento do índio do buraco, no período de 03 a 08/05/2011; notificação do arrendatário da fazenda SORCEL, no período de 17 a 23/06/2011; vigilância de território e monitoramento do índio do buraco; 1o etapa no período de 04 a 07/07/2011, 2o etapa no período de 11 a 16/08/2011, e 3o etapa no período de 02 a 06/09/2011; vigilância de território e monitoramento do índio do buraco, no período de 03 a 14/10/2011, e expedição na Terra Interditada Tanaru; 1o etapa no período de 08 a 10/11/2011, 2o etapa no período de 30/11 a 01/12/2011.

3) Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau.

Na terra indígena habitam índios das etnias Amondawa, Uru Eu Wau Wau, Uro-In e Índios Isolados. Sendo que os principais problemas existentes na área é a extração de madeira, a pesquisa mineral realizada por invasores, caça de animais silvestres, pesca irregular e predatória e as atividades do ICMBIO.

As atividades realizadas no exercício:

Realização de 28 expedições de monitoramento nas regiões leste, suldeste e sul da TI Uru Eu Wau Wau, na localização da Fazenda Lambari, Rio São Miguel, Serra da Onça, Igarapé Vermelho e rio Urupá e na região sul e sudeste nos rios Cautário e Bananeira;

Realização de 04 expedições de fiscalização e monitoramento na região nordeste e norte da TI Uru Eu Wau Wau, ao longo do Rio Jarú, Linha 623, Linha 648 e Linha 48;

Realização de 04 expedições de fiscalização e monitoramento na região norte e oeste da TI Uru Eu Wau Wau, a partir do marco 51 e o rio Jamari.

As atividades consideraram as características existentes, sendo observada suas fragilidades naturais proporcionando ambição de terceiros sobre suas riquezas, levando ao seu espaço geográfico ações que além de prejuízos ambientais causam danos irreparáveis a população indígena que nela vivem. As ações pretenderam a preservação de flora, fauna e outros recursos naturais existentes, sendo de forma especial a proteção e sobrevivência desses povos. Para alcançar as metas previstas fora estabelecida equipe composta de servidores da FUNAI, a participação de policiais militares ambientais e indígenas das etnias Uru Eu Wau Wau e Amondawa. A metodologia utilizada foi a de incursões na área utilizando-se veículos da FUNAI, motores de popa de 15, 25 e 40HP, com barcos de 06 a 08m de comprimento. Tendo como comunidade beneficiada as etnias Uru Eu Wau Wau, Amondawa e os Índios Isolados, tendo a ação de fiscalização e vigilância como produto final a Terra Indígena protegida e o impedimento da perda de seus recursos naturais.

- Ações que apresentaram problemas de execução

A descentralização dos recursos previstos na programação anual não aconteceu na totalidade, prejudicando algumas ações junto às terras indígenas Massaco, Tanaru e Rio Omerê, devido a falta de pessoal lotados nas frentes e realização de sobre-vôos.

Na Referência nº 54 - Tenente Marques e Referência nº 72 - Rio Iquê de localização geográfica de Índios Isolados: Não houve atividade por falta de meios operacionais.

Todas as atividades tiveram dificuldades no processo de sua execução, proporcionadas por falta de servidores da FUNAI em números suficientes para a execução das ações, seja nas ações finalísticas e/ou meios, administrativos na Coordenação da Frente de Proteção Uru Eu Wau Wau; a descentralização de recursos financeiros para o suporte das atividades, geralmente, iniciam após o segundo trimestre do ano, fator que compromete o resultado final dos trabalhos; a falta de autonomia da gestão administrativa financeira, pois os atos administrativos dependem das ações da Coordenação Regional de Ji-Paraná, ou seja, os fluxos dos procedimentos administrativos ocorrem por conta desta unidade, que por sua vez possui limitações estruturais para efetivar os atos administrativos, resultando em pouca eficácia nas ações finalísticas. Na região norte e nordeste da terra indígena a ausência de servidor da FUNAI na CRL de Proteção fator decisivo para as dificuldades apresentadas para alcance das metas, pois permaneceram somente os terceirizados do empreendimento da BR-429/RO, limitando assim as ações propostas, além dos fatos citados acima. Sendo, portanto, prejudicada a execução das atividades desta região.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Além da programação do PAT, várias outras atividades foram realizadas, sendo: a realização de vários deslocamentos até a sede da CR para encaminhamentos administrativos na aplicação dos recursos relacionados às Frentes; vários deslocamentos até a cidade de Vilhena para manutenção e prevenção dos veículos, junto a empresa Vipal Auto Peças; participação em curso de capacitação dos agentes ambientais indígenas, na T.I. Rio Branco, promovido pela CR de Ji-Paraná; participação nas reuniões dos Coordenadores de Frente de Proteção com a CGIIRC/DPT, em Brasília para uniformizar procedimentos de estratégia de planejamento e aplicação da atual Política Indigenista; realização de ações de monitoramento territorial junto a Frente de Proteção Etnoambiental Envira na T.I. Kampa e Isolados, no estado do Acre, no período de 24/08 a 12/09/2011; participação no encontro sobre política e prática de proteção e promoção para índios isolados e de recente contato, promovido pela CGIIRC; participação e gestões junto aos órgãos

públicos e civis sobre questões relacionadas a índios isolados sob a jurisdição da Frente Guaporé; e, acompanhamento aos procuradores do MPF durante sua visita na T.I. Tanaru e Rio Omerê, de 17 a 19/05/2011 e antropóloga em estudo antropológico na T.I. Piripikura e Kawahiva.

As ações propostas para a CTL Seringueiras, na formação e constância da equipe de fiscalização, tendo em vista, a formação completada pelos empreendimentos da BR 429/RO e JIRAL, que disponibilizaram recursos humanos, veículos, equipamentos, barcos e motores para as atividades de fiscalização e vigilância propostas. Estas fiscalizações iniciaram no primeiro trimestre do ano, embora sem orçamento disponibilizado. Teve-se como estratégia a manutenção da equipe de servidores e terceirizados pelos empreendimentos citados de forma permanente na Base Bananeiras.

- Ações prioritárias na LDO

Essa unidade não é gestora dessa ação finalística, portanto, as informações de metas físicas estão a cargo da Coordenação Geral de Índios Isolados da Fundação.

Torna-se relevante a ação dos empreendimentos destinados a compensação ambiental indígena através da pavimentação da BR-429/RO e a construção da hidroelétrica JIRAL, que disponibilizaram à Frente de Proteção Uru Eu Wau Wau veículos, equipamentos, máquinas e motores, recursos humanos para as atividades auxiliares de campo e administrativa vinculados ao processo específico de fiscalização e vigilância, proporcionando melhoria nas condições de trabalho nas atividades programadas.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>Coordenação Regional de Ji-Paraná</i>	<i>088184</i>	<i>190004</i>

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

<i>Natureza da Movimentação de Crédito</i>		<i>UG concedente ou recebedora</i>	<i>Classificação da ação</i>	<i>Despesas Correntes</i>		
				<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	<i>3 – Outras Despesas Correntes</i>
<i>Movimentação Interna</i>	<i>Recebidos</i>	<i>FNDE</i>	-	-	6.364	

Fonte: SIAFI Gerencial – Quadros de Empenhos por Modalidade de Licitação – Liquidados, exercícios de 2011 e mês de referência 13.

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa

- *justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão*

Os recursos recebidos destinavam-se ao transporte de alunos indígenas e em atividades relacionadas à educação na cidade de Ji-Paraná.

- *análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício*

Não ocorreram, haja vista que a correspondente contrapartida financeira não foi repassada, tendo como consequência a não concretização da despesa.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	1.499.073	2.259.974	982.221	915.772
Pregão	1.492.710	2.259.974	982.221	915.772
Contratações Diretas	506.778	771.673	320.676	445.581
Dispensa	398.641	771.673	320.676	445.581
Inexigibilidade	108.137	-	3.384	-
Pagamento de Pessoal	193.523	736.568	193.523	736.568
Diárias	193.523	736.568	193.523	736.568
Outros (Não aplicáveis, exceto diárias)	261.249	712.716	257.494	684.305

Fonte: SIAFI Gerencial – Quadros de Empenhos por Modalidade de Licitação – Liquidados, exercícios de 2010 e 2011 e mês de referência 13.

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3 – Outras Despesas Correntes	4.377.347	6.427.833	2.216.501	3.750.190	-	-	1.745.736	2.768.435
1º Material de consumo – 30	1.772.374	1.601.362	793.524	1.065.988	-	-	527.120	464.814
2º Locação de mão de obra – 37	1.007.422	1.061.710	530.650	443.087	-	-	490.934	357.633
3º Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 39	727.961	768.643	398.943	413.680	-	-	244.402	237.143
Demais elementos do grupo	869.590	2.996.118	493.384	1.827.435	-	-	483.280	1.708.845

Fonte: SIAFI/Gerencial - Relatório de Nota de Empenho (NE) emitido por modalidade de licitação – base: 01-02-2012.

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	1.046.141	868.506	237.992	730.740	-	-	11.562	13.791
<i>1º Equipamento e Material Permanente - 52</i>	<i>1.046.141</i>	<i>868.506</i>	<i>237.992</i>	<i>730.740</i>	-	-	<i>11.562</i>	<i>13.791</i>

Fonte: SIAFI/Gerencial - Relatório de Nota de Empenho (NE) emitido por modalidade de licitação – base: 01-02-2012.

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Em 2011 constata-se um decréscimo significativo dos repasses orçamentários e financeiros motivado, entre outros fatores, pela à edição do **DECRETO Nº 7.446, DE 1º DE MARÇO DE 2011**.

O qual deu início à redução das despesas com diárias e transportes para as unidades descentralizadas impactando com rigidez as ações de fiscalização das terras indígenas.

O decréscimo em questão chega ao patamar de 63% em relação aos valores empenhados no ano de 2010, deste liquidou-se o percentual de 51% e pagou-se cerca de 40% dos valores orçamentários autorizados. Em resumo foram empenhados 4,3 milhões, liquidados 2,2 milhões e pagos 1,7 milhões de reais no exercício de 2011, o que indubitavelmente compromete sobremaneira a execução das metas previstas para o referido exercício.

- Contingenciamento no exercício

O contingenciamento dos recursos orçamentários em 2011, seguiu o padrão dos anos anteriores ficando em uma categoria elevada, tal contingenciamento foi sofrido pela FUNAI/SEDE, com consequências desastrosas para as unidades descentralizadas no Brasil inteiro, não fugindo a regra o mesmo ocorreu com a Coordenação Regional de Ji-Paraná em Rondônia, fato que resultou em atrasos nos pagamentos de despesas fixas, contratos e outras de igual importância, resultando em um considerável volume de despesas inscritas em restos a pagar para o próximo exercício.

- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária

Como evento negativo dar – se destaque aos recursos descentralizados pela FUNAI/SEDE, no exercício de 2011, os quais não atenderam as necessidades mínimas da Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO).

Outro ponto negativo se refere aos repasses orçamentários que chegam frequentemente com atraso, o que prejudica a execução das ações e os cronogramas de atividades, notadamente aquelas cujas concretizações dependem de alterações climáticas da região (chuvas abundantes, enchentes etc.).

Como evento **positivo** pode-se citar o trabalho desenvolvido pelo Setor de Pregão desta UJ, que de posse dos processos correspondentes, elaborou 24 documentos pertinentes condicionantes à realização de certames licitatórios, dos quais apenas os abaixo relacionados foram efetivamente lançados no sistema Comprasnet e executados e dentre estes, alguns não atingiram os objetivos constantes do Edital, pelos motivos a seguir explicitados:

Nº Ordem	Discriminação	Valor de Referência (R\$)	Valor Negociado (R\$)	Economia em Relação ao Valor de Referência (R\$)
01	Pregão nº 00001/2011. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de gasolina e óleo diesel destinados aos veículos da FUNAI Frente de Proteção Etno Ambiental Guaporé, pelo período de 12 (doze) meses.	41.040,00	40.860,00	180,00
02	Pregão nº 00002/2011. Objeto: Contratação de Serviços de Agenciamento de Passagens Terrestres para atender a FUNAI Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO, Coordenações Técnicas Locais, Jurisdicionadas e Frente de Proteção Vinculadas à esta Unidade, pelo período de 12 (doze) meses.	240.000,00	226.497,60	13.502,40
03	Pregão nº 00003/2011. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas, para atender a Funai-Coordenação Regional de Ji Paraná, Coord Técnicas Locais jurisdicionadas e Frentes de Proteções vinculadas a esta unidade, por um período de 12 (doze) meses.	360.000,00	Pregão Cancelado na Aceitação	360.000,00
04	Pregão nº 00004/2011. Objeto: Aquisição de bens diversos para atender necessidade da Coordenação Técnica Local de São Francisco do Guaporé.	9.325,00	5.378,00	3.947,00
05	Pregão nº 00005/2011. Objeto: Aquisição de bens diversos para atender necessidades da Coordenação da Frente de Proteção Etno-Ambiental Uru Eu Wau Wau, unidade esta jurisdicionada a Coordenação Regional de Ji Paraná/RO.	54.299,47	28.942,56	25.356,91
06	Pregão nº 00007/2011. Objeto: Prover a Coordenação da Frente de Proteção Etno-Ambiental Uru Eu Wau Wau e Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé de materiais para a execução das Atividades exercidas, bem como cumprir com os cronogramas de execução, atendendo aos diversos planos de trabalhos.	261.966,8	202.700,92	60.565,88
07	Pregão nº 00008/2011. Objeto: Aquisição de bens diversos para atender necessidades da, SEMAT/C RJPR/RO, da Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO.	85.552,09	32.779,73	52.772,36
08	Pregão nº 10/2011. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializa em sobrevoo. Inicialmente, em conformidade com às disposições contidas no Edital,	96.000,00	Cancelado na abertura Inexistência de Proposta	96.000,00
09	Pregão nº 00011/2011. Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de combustíveis e lubrificantes, com a finalidade de abastecer os veículos, motores de motosserras geradores, motocicletas, motor bomba, etc., da Coordenação Regional de Ji Paraná/RO, Frente de Proteção Etno-Ambiental Guaporé, Frente de Proteção Etno-ambiental Uru Eu Wau Wau e Coordenações Técnicas Locais e Aldeias jurisdicionadas localizadas nas T.Is Igarapé Lourdes, Zoro, Rio Branco, Karitiana e T.I. Massaco, pelo período de 12 (doze) meses.	527.809,20	495.763,75	32.045,45
10	Pregão nº 00014/2011. Objeto: Aquisição de mudas frutíferas, para atender a Coordenação Regional de Ji-	10.150,00	6.868,00	3.282,00

	Paraná/RO.			
11	Pregão nº 00015/2011. Objeto:- Aquisição de pneus - para entrega parcelada ou de acordo a necessidade da Coordenação Regional de Ji-Paraná Unidades jurisdicionada a Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO, por um período de 12(doze)meses..	135.561,06	77.635,27	57.925,79
12	Pregão nº 00016/2011. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes à frota oficial da FUNAI, Coordenação regional de Ji-Paraná e Coordenações Técnicas Locais, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento de peças genuínas, originais ou similares e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	406.000,00	396.800,00	9.200,00
13	Pregão nº 00018/2011. Objeto: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gêneros alimentícios, por um período de 12 (doze) meses, para atender, no âmbito da FUNAI- Coordenação Regional de Ji Paraná e Unidades jurisdicionada a Coordenação Regional de Ji Paraná/RO.	118.766,06	72.723,27	46.042,27
14	Pregão nº 00019/2011. Objeto: Contratação de Empresa Especializa Manutenção Preventiva e Corretiva para os Veículos e equipamentos agrícolas da Coor. Regional de Ji Paraná, disponíveis para Frente de Proteção Uru Eu Wau wau e Frente Guaporé, por um período de 12 (doze) meses.	149.940,00	107.000,00	42.940,00
15	Pregão nº 00022/2011. Objeto: Aquisição de ração Extruzada para peixe, para atender a Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO, em atendimento ao memo. nº 053/STAP/11.	6.250,00	Pregão Cancelado na aceitação	6.250,00
16	Pregão nº 00023/2011. Objeto: Aquisição de bens diversos para atender necessidades da Coordenação Regional de Ji-Paraná, Setor Técnico de Atividades Produtivas.	6.360,00	2.577,50	3.782,50
17	Pregão nº 00024/2011. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, processamento de dados, materiais elétricos e eletrônicos e materiais de pesca, para atender as necessidades da Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO).	7.660,72	Cancelado por decurso de prazo para empenhamento	7.660,72
	TOTAL	2.516.680,40	1.696.526,60	820.153,80

- Outras questões relevantes

Outra questão relevante é a ausência significativa da contrapartida financeira para bancar as liberações orçamentárias, sem essa correspondência (contrapartida financeira) o cotejamento entre os valores apropriados e os valores pagos, apresenta-se é irremediavelmente alto tendo como consequência um número elevado de processos inscritos em restos a pagar.

Também é relevante informar que do valor empenhado na rubrica “Equipamento e Material Permanente”, no montante de R\$ 1.046.141,00, somente R\$ 11.562,00 foram efetivamente pagos o que corresponde a 1% do valor apropriado no empenhamento.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	6.364	3.255	-	-
<i>Pregão</i>	6.364	3.255	-	-
Contratações Diretas	-	1.812	-	1.812
<i>Dispensa</i>	-	1.812	-	1.812
Outros (Não aplicável)	-	1.223	-	1.223

Fonte: SIAFI/Gerencial - Relatório de Nota de Empenho (NE) emitido por modalidade de licitação – base: 01-02-2012.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3- Outras Despesas Correntes	6.364	8.919	6.364	3.255	-	-	-	-
<i>1º Material de consumo -30</i>	6.364	3.255	6.364	3.255	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/Gerencial - Relatório de Nota de Empenho (NE) emitido por modalidade de licitação – base: 01-02-2012.

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- **Alterações significativas ocorridas no exercício e Contingenciamento no exercício**

Dispensa comentários haja vista que o montante de recursos é insignificante.

- **Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária**

Como evento negativo destaca-se que os recursos orçamentários recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação, relativos às despesas correntes na rubrica “material de consumo” não tiveram a contrapartida financeira repassada, conseqüentemente tais despesas não foram concretizadas.

- **Outras questões relevantes**

Não há.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.382	-	514	868
2009	1.781	913	-	868
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.103.136	369.108	1.378.264	355.764
2009	1.097.889	121.962	574.237	401.690

Observações: As reinscrições efetuadas no exercício estão em conformidade com o Decreto n. 7468, de 28/04/201.

Fonte: SIAFI Gerencial - Quadro de restos a pagar processados e não processados exercícios de 2010 e 2011, mês de referência = 13.

4.2) Análise Crítica

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

Foram priorizados os pagamentos dos contratos de pessoal terceirizado, a fim de evitar a descontinuidade do serviço prestado, procurando cumprir com os cronogramas de pagamento de encargos sociais, evitando multas e juros por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como o pagamento dos contratos e serviços para o funcionamento mínimo da entidade tais como energia água, telefone e outros de igual importância.

É digno o esforço empreendido pela CR, no sentido de se efetuar a quitação do débito exposto no quadro acima, haja vista que do montante de 2,1 milhões de reais, inscritos em Restos a Pagar não Processados no exercício de 2010, foram cancelados e pagos o valor de 1,7 milhões o que corresponde a 83% total inscrito e ainda que do montante de Restos a Pagar Processados foram quitados 37% do valor inscrito no exercício de 2010.

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores.

A Coordenação Regional de Ji-Paraná vem horando a grande maioria dos compromissos assumidos em exercícios anteriores fato este que prejudica sobremaneira o andamento normal das atividades da CR, isto porque não há acréscimo de recursos financeiros específicos para pagamentos de restos a pagar inscritos e/ou reinscritos em exercícios pretéritos, portanto ao cumprirmos essas dívidas deixa-se de pagar a aquisição de bens e serviços adquiridos no exercício e necessários ao bom funcionamento da Regional.

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro

Os compromissos assumidos nos exercícios passados e inscritos em restos a pagar vem sendo paulatinamente regularizados, todavia os recursos financeiros liberados não são suficientes para quitá-los sem colocar em risco as despesas inadiáveis e as atividades normais da CR, esta razão induz a permanência de restos a pagar processados ou não a permanecerem por mais de um exercício.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

Não houve reinscrição de empenhos não processados não contemplados nos Decretos de prorrogação.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

O maior impasse decorre da não transferência de aporte financeiro específico para o pagamento das dívidas constantes na conta de restos a pagar.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	63	3	2
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	63	3	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	Não há	63	3	2
3 Total de Servidores (1+2)	Não há	63	3	2

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO.

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1)	7
1.1. Outras situações previstas em leis específicas (Leis n 8.112, de 11/12/1990, 8270, de 17/12/1991 e 6.999, de 07/06/1982)	7
2. Removidos (2.1+2.2)	3
2.1. De ofício, no interesse da Administração	1
2.2. A pedido, a critério da Administração	2
3. Licença remunerada (3.1)	4
3.1. Doença em pessoa da família	4
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3)	14

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2011)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	16	16	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	16	16	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	1	1
1.2.2. Sem vínculo	11	11	-	-
2. Funções gratificadas	7	7	1	1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	7	7	1	1
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	23	23	2	2

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO.

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/11.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	23	37	14
1.1. Servidores de Carreira	-	-	19	34	14
1.2. Servidores cedidos ou em licença	-	-	4	3	-
2. Provimento de cargo em comissão	2	3	8	10	-
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2	5	7	-
2.2. Funções gratificadas	-	1	3	3	-
3. Totais (1+2)	2	3	31	47	14

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO.

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	11	4	9	25	15	10	-	-
1.1. Servidores de Carreira	-	9	4	9	20	11	10	-	-
1.2. Servidores cedidos ou em Licença	-	2	-	-	5	4	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	1	2	11	9	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	1	10	4	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	1	1	5	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	11	5	11	36	24	10	-	-

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO.

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Médio	2	2	2	3	<i>Informado pela CGGP/Sede</i>
1.1 Área Meio	2	2	2	3	<i>Informado pela CGGP/Sede</i>
2. Total	2	2	2	3	<i>Informado pela CGGP/Sede</i>

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO.

5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: FUNAI / COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ (RO)														
UG/Gestão: 190004 / 19208							CNPJ: 00.059.311/0020-99							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	133	07533627/0001-57	22/07/09	21/07/10	2	2						P
2010	L	O	363	03761180/0001-12	17/12/10	16/12/11	2	2						P
2010	V	O	141	10570899/0001-31	11/08/10	10/08/11	8	8						P
2010	V	O	270	10570899/0001-31	22/12/10	21/12/11	4	4						P
Observações: O Contrato 133/2009 foi prorrogado conforme Termo Aditivo nº 002/2011, ref. ao período de 22/07/11 a 21/07/12 O Contrato 363/2010 foi prorrogado conforme Termo Aditivo nº 001/2011, ref. ao período de 17/12/11 a 16/12/12 O Contrato 141/2010 foi prorrogado conforme Termo Aditivo nº 001/2011, ref. ao período de 11/08/11 a 10/08/12 O Contrato 270/2010 foi prorrogado conforme Termo Aditivo nº 001/2011, ref. ao período de 22/12/11 a 21/12/12														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: FUNAI / CR JPR.

5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: FUNAI / COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ (RO)														
UG/Gestão: 190004 / 19208							CNPJ: 00.059.311/0020-99							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	365	03022531/0001-73	31/12/09	30/12/10	-	-	-	-	-	-	-	E

Observações:

O Contrato 365/2009 foi cancelado de forma unilateral pela CR Ji-Paraná (RO).

LEGENDA**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: FUNAI / CR JPR

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	22	-	22
	Entregaram a DBR	22	-	22
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: FUNAI/CR/JPR.

8.2) Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR

Não houve necessidade visto que todos atenderam a exigência legal.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR

Setor de Recursos Humanos da Coordenação Regional.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

O sistema de gerenciamento é manual.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá

Parte dos servidores entrega a DBR em papel impresso e parte apresentou a autorização para acesso eletrônico às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

Nenhum tipo de análise é realizado pela UJ.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

Os documentos recebidos são guardados em envelope lacrado.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
Ambiente de Controle					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>				X	
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>		X			
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>			X		
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>	X				
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>	X				
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>	X				
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>			X		
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>		X			
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>		X			
Avaliação de Risco					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>			X		
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>		X			
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>	X				
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>	X				
<i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>	X				
<i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em</i>	X				

<i>uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
<p>Considerações gerais:</p> <p>Para a avaliação da estrutura de controle internos da UJ, utilizou-se a metodologia de pesquisa “in-loco” (apresentação do questionário e obtenção das respostas) nos vários setores da jurisdicionada.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			

Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	texto				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	texto				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	texto				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	texto				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	texto				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
Considerações Gerais: Para a avaliação do Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, utilizou-se a metodologia de levantamentos de informações "in-loco", nos setores competentes da jurisdição para obtenção das respostas aqui informadas, no caso específico da licitação, também se efetuou a pesquisa em editais formalizados no exercício de 2011.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RONDONIA	29	16
	Ji-Paraná-RO	04	01
	Porto Velho-RO	07	04
	Ariquemes-RO	01	01
	Guajará-Mirim-RO	01	01
	Jaru-RO	01	01
	Ouro Preto D'Oeste-RO	01	01
	Presidente Médici-RO	01	01
	Costa Marques-RO	03	03
	Alta Floresta D'Oeste – RO	05	01
	Nova Mamoré-RO	01	01
	Mirante da Serra-RO	01	-
	Campo Novo de Rondônia-RO	01	-
	Seringueiras-RO	01	-
	Corumbiara-RO	01	-
Subtotal Brasil		29	16

Fonte: Setor de Patrimônio/CR/JPR-RO

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RONDÔNIA – RO	01	01
	Ji-Paraná-RO	01	01
Total		01	01

Fonte: Serviços de Administração/SEAD/CR/JPR-RO

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Guajará-Mirim-RO	0001.00087.500-5	Uso Fruto Indígena		60.600.000,00			-	-
Área Terra Indígena Karipuna, município de Porto Velho-RO	0003.003003.500-4	Uso Fruto Indígena		7.703.386,00			-	-
Imóvel situado a Rua Rui Barbosa, Setor I Quadra 109, município de Porto Velho-RO	0003.00412.500-7	Próprio da União	Bom	26.532.334,16			-	-
Área Terra Indígena Karitiana, município de Porto Velho-RO	0003.00419.500-5	Uso Fruto Indígena		8.968.213,80			-	-
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Porto Velho-RO	0003.00420.500-0	Uso Fruto Indígena		6.400.000,00			-	-
Área Terra Indígena Kaxarari, município de Porto Velho-RO	0003.00602.500-0	Uso Fruto Indígena		4.864.785,89			-	-
Área Terra Indígena Igarapé Lourdes, município de Ji-Paraná-RO	0005.00084.500-1	Uso Fruto Indígena		22.350.569,62			-	-
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Ariquemes-RO	0007.00083.500-2	Uso Fruto Indígena		1.317.144,10			-	-
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Jaru-RO	001500024.500-1	Uso Fruto Indígena		42.297.815,25			-	-
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Ouro Preto D'oeste-RO	0017.0058.500-3	Uso Fruto Indígena		5.541.456,27			-	-
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Presidente Médici-RO	0019.00007.500-1	Uso Fruto Indígena		10.469.651,80			-	-
Área Terra Indígena Rio Branco, município de Costa Marques-RO	0021.00014.500-1	Uso Fruto Indígena		23.613.711,00			-	-
Área Terra Indígena Massaco, município de Costa Marques-RO	0021.00013.500-1	Uso Fruto Indígena		309.493.461,90			-	-
Área Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, município de Costa Marques-RO	0021.00017.500-8	Uso Fruto Indígena		66.100.000,00			-	-
Área Indígena Massaco, município de Alta Floresta D'Oeste – RO	0033.00004.500-0	Uso Fruto Indígena		13.129.795,51			-	-
Área Terra Indígena Karipuna, município de Nova Mamoré-RO	0047.00003.500-5	Uso Fruto Indígena		7.985.600,00			-	-

<i>Imóvel situado a Rua Manoel Franco, nº 1780, município de Ji-Paraná-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, onde funciona a Base de Fiscalização “Bananeiras”, município de Seringueiras-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “Trincheira”, município de Mirante da Serra-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Ruim</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “Alto Jamary”, município de Campo Novo-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, onde funciona a Base de Fiscalização “Montenegro II”, município de Montenegro- RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Karitiana, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “Karitiana”, município de Porto Velho-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Ruim</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Karipuna, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “Karipuna”, município de Porto Velho-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Igarapé Lourdes, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “Iterap”, município de Ji-Paraná-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Rio Branco, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “Cajui”, município de Alta Floresta do Oeste –RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Rio Branco, onde funciona a Casa de Apoio na aldeia “São Luis”, município de Alta Floresta do Oeste-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Massaco, onde funciona a Base de Fiscalização “Massaco”, município de Alta Floresta do Oeste-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-

<i>Imóvel situado nas Terras Indígenas Omerê, onde funciona a Base de Fiscalização "Omerê", município de Corumbiara-RO</i>	-	<i>Próprio da União</i>	<i>Bom</i>	-			-	-
<i>Total</i>							-	-

Fonte: Setor de Patrimônio/CR/JPR-RO

Quadro A.11.4 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

<i>UG</i>	<i>RIP</i>	<i>Regime</i>	<i>Estado de Conservação</i>	<i>Valor do Imóvel</i>			<i>Despesa com Manutenção no exercício</i>	
				<i>Valor Histórico</i>	<i>Data da Avaliação</i>	<i>Valor Reavaliado</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Instalações</i>
<i>Imovel situado a Rua Seringueiras, 2204, bairro Nova Brasília, no município de Ji-Paraná-RO, Contrato n° 003/2011</i>	-	<i>Locado</i>	<i>Bom</i>	-	-	-	-	-

Fonte: Setor de Administração/CR/JPR-RO

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Foram levantados por ocasião do Inventário de Bens Imóveis desta Unidade Gestora, exercício 2011, 29 (vinte e nove) imóveis, sendo 16 (dezesesseis) que se encontram cadastrados no Departamento de Patrimônio da União - SPU, 13 (treze) casas construídas nas terras indígenas foram utilizadas a mão-de-obra dos próprios funcionários da FUNAI e indígenas, fabricadas com madeiras brutas tiradas com motosserra das referidas áreas, com piso em cimento e cobertura de telha, foi realizado os trabalhos de posicionamento geográfico, medição, planta, fotografias, etc., objetivando sua regularização junto ao Órgão de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União.

O prédio da extinta Administração de Porto Velho, situada na Rua Rui Barbosa, Setor I Quadra 109, encontra-se instalada a Coordenação Técnica Local e a Frente de Proteção Etno-Ambiental do Madeira-AM, também serve de apoio aos indígenas em trânsito os quais vem para cidade a fim de tirar documentos, receber benefícios ou acompanhar parentes que estejam em tratamento de saúde.

O prédio onde funciona a Sede Administrativa desta Coordenação foi construído com 10 salas em área doada pela FUNASA, para funcionar o Núcleo Administrativo Local – NAL. Sendo que até a presente data aguarda-se a regularização da mesma, com a transformação em Coordenação Regional a referida instalação ficou pequena para comportar a nova estrutura administrativa, sendo esta obrigada a locar de um prédio onde pudesse funcionar o restante dos setores não comportado no referido local, situado situada a Rua Seringueiras, 2204, bairro Nova Brasília, no município de Ji-Paraná, com 06 salas, onde funcionam as Frentes de Proteção Etnoambiental Guaporé, Madeirinha e Uru-Eu-Wau-Wau e a Coordenação Técnica Local de Promoção de Ji-Paraná

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					088184
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	021.004/2010-2	5600/2010 – 2ª CÂMARA	1.4.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					088184
Descrição da Deliberação:					
1.4.1. Determinar à Fundação Nacional do Índio - FUNAI/MJ - Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO que, doravante, abstenha-se de exigir das empresas licitantes, como requisito para habilitação e participação nos certames promovidos pelo órgão, documentos e condições que apenas se justifiquem quando da assinatura do contrato, devendo tais exigências constar do edital apenas a título de esclarecimento para implemento futuro, por parte da licitante vencedora, quando da assinatura contratual.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					088184
Síntese da providência adotada:					
Determinou-se aos setores de administração-financeira e pregão desta UJ, a obediência imediata às determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União em conformidade com o acórdão 5600/2010 - 2ª Câmara.					
Síntese dos resultados obtidos					

<i>Desde então tem-se acompanhado esse procedimento, observando-se que o setor administrativo-financeiro vem cumprindo a determinação do TCU.</i>
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>
<i>Desde então, a UJ tem encontrado dificuldade para contratar empresas fornecedoras de passagens.</i>

15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3A - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<i>À Entidade, que proceda à revisão do procedimento de controle adotado para as declarações de bens e rendas ou autorizações de acesso eletrônico, para que este seja realizado em atendimento ao art. 1º da Lei Nº 8.730/1993.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
<i>O SEAD comunicou o Setor de Pessoal através do Memo nº 019/SEAD/CR-JPR/FUNAI, de 10 de maio de 2011, que o mesmo solicitasse aos servidores detentores de Cargos Comissionados e Funções de Confiança, lotados na CR e CTLs jurisdicionadas, cópias das Declarações de Imposto de Renda, Ano-Base 2010, Exercício 2011, para serem arquivadas adequadamente a fim de atender ao disposto no Art. 1º da Lei nº 8.730/1993. Informamos que já se encontra devidamente regularizada a situação, com os documentos em arquivo na CR.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Já se encontra implantado nesta CR/FUNAI o controle manual das declarações de bens e renda apresentadas na Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como aqueles que optaram pela autorização para acesso eletrônico das declarações no site da SRF. Estando em anexo cópia desses documentos referente aos servidores listados.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>A recomendação foi bem aceita por todos os servidores enquadrados na situação.</i>			

Quadro A.15.3B - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<i>À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de pesquisa de preços para licitação de bens bem como, na</i>			

<i>realização do procedimento licitatório, que verifique a correspondência dos valores ofertados com aqueles praticados no mercado.</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Síntese da providência adotada:	
<i>A unidade acata a recomendação e terá maior atenção nos procedimentos futuros. Quanto aos fatos alegados, o procedimento adotado pelo setor de Pregão foi correto, visto que os valores cotados no levantamento da cotação de preços são equivalentes com aqueles praticados e vendedores do certame licitatório, conforme foi apresentado.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
<i>Foram instaurados os Processos nº 08079.000.011/2012 e nº 08079.000.012/2012 que tratam respectivamente da prestação de serviço de Internet e Telefonia, visando a realização de procedimento licitatório para contratação. Informamos que ambos os processos encontram-se em fase de consulta de preços de mercado.</i>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>A UJ vem encontrando dificuldades para realizar pregões nos setores de passagens e telefonia por falta de interessados.</i>	

Quadro A.15.3C - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<i>À Entidade, que reveja os procedimentos de elaboração de editais para que estes não apresentem texto com informações conflitantes ou incompletas.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
<i>A UJ reconhece o equívoco ocorrido na edição do edital e seu Anexo I. Falha que não resultou em dano ao erário, conforme demonstrado no registro 2.</i>			
<i>A CR/FUNAI acata integralmente a recomendação e para dar cabo dessa atitude já está organizando um setor de revisão interna para analisar a consistência de todos os procedimentos de compra a partir da origem até o certame de Pregão.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>A partir das recomendações relativas a inconsistências em editais, a unidade vem procedendo a revisão dos mesmos, com vistas a detectar e corrigir possíveis falhas, antes da disponibilização no Portal www.comprasnet.gov.br.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>A falta de pessoa no processo de compras é o principal gargalo para dar consistência as solicitações e os editais, que estão sendo sanadas com os novos servidores.</i>			

Quadro A.15.3D - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO		088184
Descrição da Recomendação:		
À Entidade, que proceda a atender as disposições do edital quanto ao recebimento do material licitado: prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da nota de empenho.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO		088184
Síntese da providência adotada:		
Quanto aos fatos adotados para aquisição dos veículos aproveitando procedimento licitatório realizado pela CR/Cuiabá. Apesar da empresa ter previsto o prazo de 120 dias, foi possível entregar os veículos em um prazo muito inferior ao estipulado. Contudo, essa UJ apesar de ter conhecimento da disponibilidade dos veículos no pátio da empresa já a sua disposição, optou por mantê-los na guarda do fornecedor, haja vista não dispor de local adequado para guarda dos mesmos, com o agravante de não dispor de recursos orçamentários e financeiros para a devida regularização dos mesmos nos órgãos pertinentes. Fato que somente se concretizou a partir do mês de abril para o mês de maio/2011, quando houve descentralização de recursos conforme pode ser observado no Anexo 2: Cópia das Notas de Crédito para regularização dos veículos.		
Síntese dos resultados obtidos		
Após as recomendações a unidade vem adotando as providências visando evitar futuros problemas.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
A situação foi sanada sem maiores dificuldades.		

Quadro A.15.3E - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de realização dos pregões eletrônicos, de forma que o acesso aos editais seja disponibilizado aos licitantes no sistema comprasnet.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
Nos registros desta unidade consta a publicação dos referidos pregões de forma regular no comprasnet, conforme pode ser observado no Anexo 3.			
Síntese dos resultados obtidos			

<i>A unidade vem procedendo a revisão dos mesmos, com vistas a detectar e corrigir possíveis falhas, antes da disponibilização no Portal www.comprasnet.gov.br.</i>
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>
<i>A equipe de pregão está adotando as recomendações.</i>

Quadro A.15.3F - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que proceda à revisão do procedimento de controle de uso dos bens bem como apure responsabilidade dos danos verificados no veículo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
As evidências confirmam que o veículo Marruá atendeu as expectativas de suportar as precárias condições de trafegabilidade dentro da terra indígena Zoró. Condição que inevitavelmente iria causar algum tipo de dano na parte física do veículo, como de fato aconteceu. A falha se verifica quando não há registro ou relatório de viagem das viaturas. Está-se coletando documentos para adotar os procedimentos administrativos que a situação recomendar, haja vista o veículo ter necessitado passar por reparos por danos causados a acessórios dentro dos itens de garantia.			
Síntese dos resultados obtidos			
Documentos da concessionária encaminhados UJ informam que Garantias de Fábrica do Veículo Marruá dão conta que o mesmo continua com todas as garantias de fábrica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O veículo não teve problemas em relação as garantias sempre que precisou ir até a concessionária.			

Quadro A.15.3G - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que revise o processo de realização de pregões eletrônicos de forma a não efetuar aquisição de bens em			

<i>valor superior às ofertas apresentadas pelos licitantes, exceção feita as propostas inexequíveis.</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Síntese da providência adotada:	
<i>A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas. Lembra que procedimentos de controle estão sendo implementados. Segue no Anexo 5, as explicações e justificativas dos procedimentos que culminaram na suspensão temporária do Pregão em mais de uma oportunidade.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
<i>O Pregão nº 14/2010 referente à aquisição de materiais de expediente foi cancelado após os apontamentos do Relatório de Auditoria da CGU nº 201109092, evitando assim que fosse causado algum prejuízo ao erário.</i>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>A equipe de pregão passou a interagir com os setores que demandam a aquisição de bens e serviços.</i>	

Quadro A.15.3H - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201106172 – FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<i>À Entidade, que revise o processo de realização de pregões eletrônicos de forma a não efetuar aquisição de bens em valor superior à estimativa de preço.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
<i>A CR/JPR acatou as recomendações propostas. Lembra que procedimentos de controle estão sendo implementados, conforme as explicações e justificativas dos procedimentos que culminaram nos diferenciais de preço entre a cotação e o vencedor do certame licitatório encaminham nas providências adotadas.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>A unidade procedeu ao reagendamento do Pregão nº 46/2010, aquisição de motor de popa, com objetivo de ajustar o valor do lance aceito anteriormente ao valor de referência da licitação, ao qual obteve êxito, com vista ao princípio da economicidade do poder público, ficando o valor negociado em R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), abaixo do valor de referência de R\$ 11.795,00 (onze mil, setecentos e noventa e cinco reais), conforme pode ser visualizado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Complementar nº 03, de 12 de julho de 2011.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>Essa incongruência não está mais acontecendo nos certames licitatórios.</i>			

Quadro A.15.3I - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que revise o processo de realização de pregões eletrônicos de forma a não efetuar aquisição de bens em valor superior às ofertas apresentadas pelos licitantes, exceção feita às propostas inexequíveis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
Ao acatar as recomendações propostas a UJ informou dos procedimentos de controle que estão sendo implementados, conforme explicações e justificativas dos procedimentos que culminaram no diferencial de preço entre a cotação e o vencedor do certame licitatório.			
Síntese dos resultados obtidos			
A unidade vem buscando realizar criteriosa pesquisa dos preços praticados pelo mercado, visando que os procedimentos licitatórios transcorram no atendimento aos preceitos e ditames legais. Foi lotado mais um servidor no STAA, proveniente do concurso em andamento, totalizando 02 (dois) servidores que atuam realizando as cotações e pesquisas de preços.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Essa incongruência não está mais acontecendo nos certames licitatórios.			

Quadro A.15.3J - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de pesquisa de preços para licitação de bens bem como, na realização do procedimento licitatório, que verifique a correspondência dos valores ofertados com aqueles praticados no mercado.</p> <p>Recomendação 2: À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de formalização dos processos licitatórios de forma que estes apresentem os dados da licitação de forma completa e inequívoca.</p> <p>Recomendação 3: À Entidade, que ao receber veículos, proceda a regularização documental destes, de forma a evitar que sejam mantidos sem utilização.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184

Síntese da providência adotada:
Atendimento 1: A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas. Lembra que procedimentos de controle estão sendo implementados para revisar todos os procedimentos relacionados ao procedimento licitatório.
Atendimento 2: Ao acatar as recomendações propostas a UJ apresentou as alegativas referente ao processo de aquisição das motocicletas e seu posterior cancelamento.
Atendimento 3: A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas.

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Descrição da Recomendação:	
À Entidade, que proceda a atender as disposições do edital quanto ao recebimento do material licitado: prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da nota de empenho.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Síntese da providência adotada:	
Quanto aos fatos adotados para aquisição dos veículos aproveitando procedimento licitatório realizado pela CR/Cuiabá. Apesar da empresa ter previsto o prazo de 120 dias, foi possível entregar os veículos em um prazo muito inferior ao estipulado. Contudo, essa UJ apesar de ter conhecimento da disponibilidade dos veículos no pátio da empresa já a sua disposição, optou por mantê-las na guarda do fornecedor, haja vista não dispor de local adequado para guarda dos mesmos, com o agravante de não dispor de recursos orçamentários e financeiros para a devida regularização dos mesmos nos órgãos pertinentes. Fato que somente se concretizou a partir do mês de abril para o mês de maio/2011, quando houve descentralização de recursos conforme pode ser observado no Anexo 2: Cópia das Notas de Crédito para regularização dos veículos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Após as recomendações a unidade vem adotando as providências visando evitar futuros problemas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A situação foi sanada sem maiores dificuldades.	

Quadro A.15.3E - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de realização dos pregões eletrônicos, de forma que o acesso aos editais seja disponibilizado aos licitantes no sistema comprasnet.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			

Nos registros desta unidade consta a publicação dos referidos pregões de forma regular no comprasnet, conforme pode ser observado no Anexo 3.
Síntese dos resultados obtidos
A unidade vem procedendo a revisão dos mesmos, com vistas a detectar e corrigir possíveis falhas, antes da disponibilização no Portal www.comprasnet.gov.br .
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A equipe de pregão está adotando as recomendações.

Quadro A.15.3F - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que proceda à revisão do procedimento de controle de uso dos bens bem como apure responsabilidade dos danos verificados no veículo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
As evidências confirmam que o veículo Marruá atendeu as expectativas de suportar as precárias condições de trafegabilidade dentro da terra indígena Zoró. Condição que inevitavelmente iria causar algum tipo de dano na parte física do veículo, como de fato aconteceu. A falha se verifica quando não há registro ou relatório de viagem das viaturas. Está-se coletando documentos para adotar os procedimentos administrativos que a situação recomendar, haja vista o veículo ter necessitado passar por reparos por danos causados a acessórios dentro dos itens de garantia.			
Síntese dos resultados obtidos			
Documentos da concessionária encaminhados UJ informam que Garantias de Fábrica do Veículo Marruá dão conta que o mesmo continua com todas as garantias de fábrica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O veículo não teve problemas em relação as garantias sempre que precisou ir até a concessionária.			

Quadro A.15.3G - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Descrição da Recomendação:	
À Entidade, que revise o processo de realização de pregões eletrônicos de forma a não efetuar aquisição de bens em valor superior às ofertas apresentadas pelos licitantes, exceção feita as propostas inexequíveis.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Síntese da providência adotada:	
A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas. Lembra que procedimentos de controle estão sendo implementados. Segue no Anexo 5, as explicações e justificativas dos procedimentos que culminaram na suspensão temporária do Pregão em mais de uma oportunidade.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Pregão nº 14/2010 referente à aquisição de materiais de expediente foi cancelado após os apontamentos do Relatório de Auditoria da CGU nº 201109092, evitando assim que fosse causado algum prejuízo ao erário.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A equipe de pregão passou a interagir com os setores que demandam a aquisição de bens e serviços.	

Quadro A.15.3H - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que revise o processo de realização de pregões eletrônicos de forma a não efetuar aquisição de bens em valor superior à estimativa de preço.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
A CR/JPR acatou as recomendações propostas. Lembra que procedimentos de controle estão sendo implementados, conforme as explicações e justificativas dos procedimentos que culminaram nos diferenciais de preço entre a cotação e o vencedor do certame licitatório encaminham nas providências adotadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
A unidade procedeu ao reagendamento do Pregão nº 46/2010, aquisição de motor de popa, com objetivo de ajustar o valor do lance aceito anteriormente ao valor de referência da licitação, ao qual obteve êxito, com vista ao princípio da economicidade do poder público, ficando o valor negociado em R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), abaixo do valor de referência de R\$ 11.795,00 (onze mil, setecentos e noventa e cinco reais), conforme pode ser visualizado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Complementar nº 03, de 12 de julho de 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Essa incongruência não está mais acontecendo nos certames licitatórios.			

Quadro A.15.3I - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
À Entidade, que revise o processo de realização de pregões eletrônicos de forma a não efetuar aquisição de bens em valor superior às ofertas apresentadas pelos licitantes, exceção feita às propostas inexequíveis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
Ao acatar as recomendações propostas a UJ informou dos procedimentos de controle que estão sendo implementados, conforme explicações e justificativas dos procedimentos que culminaram no diferencial de preço entre a cotação e o vencedor do certame licitatório.			
Síntese dos resultados obtidos			
A unidade vem buscando realizar criteriosa pesquisa dos preços praticados pelo mercado, visando que os procedimentos licitatórios transcorram no atendimento aos preceitos e ditames legais. Foi lotado mais um servidor no STAA, proveniente do concurso em andamento, totalizando 02 (dois) servidores que atuam realizando as cotações e pesquisas de preços.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Essa incongruência não está mais acontecendo nos certames licitatórios.			

Quadro A.15.3J - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de pesquisa de preços para licitação de bens bem como, na realização do procedimento licitatório, que verifique a correspondência dos valores ofertados com aqueles praticados no mercado.</p> <p>Recomendação 2: À Entidade, que seja reavaliado o procedimento de formalização dos processos licitatórios de forma que estes apresentem os dados da licitação de forma completa e inequívoca.</p> <p>Recomendação 3: À Entidade, que ao receber veículos, proceda a regularização documental destes, de forma a evitar que sejam mantidos sem utilização.</p>			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Síntese da providência adotada:	
Atendimento 1: A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas. Lembra que procedimentos de controle estão sendo implementados para revisar todos os procedimentos relacionados ao procedimento licitatório.	
Atendimento 2: Ao acatar as recomendações propostas a UJ apresentou as alegativas referente ao processo de aquisição das motocicletas e seu posterior cancelamento.	
Atendimento 3: A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas.	
Síntese dos resultados obtidos	
A unidade vem buscando realizar criteriosa pesquisa dos preços praticados pelo mercado, visando que os procedimentos licitatórios transcorram no atendimento aos preceitos e ditames legais. Foi lotado mais um servidor no STAA, proveniente do concurso em andamento, totalizando 02 (dois) servidores que atuam realizando as cotações e pesquisas de preços.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Acredita-se que essa dificuldade esteja sanada.	

Quadro A.15.3L - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
Recomendados que a Entidade proceda à verificação do cumprimento das obrigações contratuais da empresa de segurança, aplicando à contratada as cláusulas relativas ao descumprimento de obrigações pactuadas referente à entrega de equipamentos de trabalho aos empregados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
No Anexo 9 de atendimento desta SA consta o Relatório de Esclarecimento sobre a quebra de contrato elaborado pelo Fiscal do Contrato de Vigilância.			
Síntese dos resultados obtidos			
Especificamente com relação aos Contratos de Vigilância nº 141/2010 e 270/2010 (Transbrasil Vigilância e Segurança Ltda), foi solicitado à empresa através do Ofício nº 095/GAB/CR-JPR/FUNAI, de 13 de maio de 2011, reiterado pelo Ofício nº 146/GAB/CR-JPR/FUNAI, de 12 de julho de 2011, que a mesma providenciasse o cumprimento fiel à Clausula Primeira do Contrato, em razão da falta dos itens necessários para a realização dos serviços, sendo: revólver calibre 38 com as devidas munições, porta cassetetes, lanternas, cintos com coldre, distintivos tipo broche, bem como da Clausula Segunda, item 2.2, visando o atendimento das recomendações da Controladoria Geral da União – CGU. Informamos que a referida empresa vem cumprindo satisfatoriamente as solicitações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Empresa está cumprindo as cláusulas contratuais.			

Quadro A.15.3M - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<p><i>Recomendação 1:</i> Recomendamos a Entidade que proceda a formalização de processo administrativo na realização de despesas, promovendo a realização de licitação adequada às aquisições efetuadas, bem como atente aos limites estabelecidos para despesas em cada modalidade de licitação.</p> <p><i>Recomendação 2:</i> Recomendamos a Entidade que atente ao cumprimento das recomendações apresentadas pelo Controladoria-Geral da União, evitando a reincidência de constatações já apresentadas pelo órgão de controle interno em relatórios prévios.</p>			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
<p><i>Atendimento 1:</i> A entidade possui um passivo na contratação dos serviços de telefonia, cuja dívida remonta a mais de cinco anos, com alegações da empresa concessionária de somente reativar os aparelhos ou cancelar as linhas após plena quitação. Houve negociação e parcelamento do passivo, não honrado na integralidade pela Funai, situação que motiva os dispêndios de valores acima do limite sem licitação e sem a ocorrência de procedimento licitatório. Nesse exercício de 2011, a CR/JPR licitou os serviços de telefonia, energia elétrica e água e esgoto.</p> <p><i>Atendimento 2:</i> O Anexo 10 apresenta um rol de documentos que comprovam as alegações apresentadas no atendimento da Recomendação 1.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Com relação aos serviços de telefonia foi instaurado o Processo nº 08079.000.012/2012, visando a realização de procedimento licitatório para contratação, sendo que o mesmo encontra-se na fase de consulta de preços de mercado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A UJ conseguiu realizar pregão para contratar empresa para telefonia.			

Quadro A.15.3N - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184

Descrição da Recomendação:	
Recomendamos a Entidade que elabore um sistema de controle da emissão de passagens aéreas e terrestres, assim como da comprovação das viagens efetuadas, apresentando informações sobre o usuário da passagem e trajeto, recibos emitidos pela companhia aérea e justificativa do deslocamento.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO	088184
Síntese da providência adotada:	
As justificativas já apresentadas em atendimentos a recomendação são verdadeiras. A UJ/JPR já está adotando todas as providências para controle da emissão de passagens aéreas e terrestres, assim como da comprovação das viagens efetuadas por servidores e indígenas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Quanto aos controles de emissão de passagens cabe as seguintes considerações: Passagens Terrestres: Foi realizada licitação (Pregão 002/FUNAI/2011 – Processo nº 8079.000218/2011-DV), que originou o Contrato nº 179/2011 firmado com a empresa Navegação Pimentel Serviços de Transportes Ltda, sendo que estão sendo seguidos os procedimentos de controle dos bilhetes emitidos. Passagens Aéreas: Neste momento estão sendo providenciadas as consultas de preço junto as empresas do ramo que irão balizar o procedimento licitatório a ser realizado, cabe dizer que a unidade não vem adquirindo passagens aéreas até que se tenha contrato firmado.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A problemática está solucionada.	

Quadro A.15.30 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Recomendamos a Entidade que proceda a formalização de processo administrativo na realização de despesas, promovendo a realização de licitação adequada às aquisições efetuadas, bem como atente aos limites estabelecidos para despesas em cada modalidade de licitação. Recomendação 2: Recomendamos a Entidade que atente ao cumprimento das recomendações apresentadas pelo Controladoria-Geral da União, evitando a reincidência de constatações já apresentadas pelo órgão de controle interno em relatórios prévios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
Atendimento 1: A entidade possui um passivo na contratação dos serviços de telefonia, cuja dívida remonta a mais de cinco anos, com alegações da empresa concessionária de somente reativar os aparelhos ou cancelar as linhas após plena quitação. Houve negociação e parcelamento do passivo, não honrado na integralidade pela Funai, situação que motiva os dispêndios de valores acima do limite sem licitação e sem a ocorrência de procedimento licitatório. Atendimento 2: A Coordenação Regional se compromete a cumprir todas as recomendações apresentada pela CGU, para tanto está			

<i>envidando todos os esforços necessários para adequar a estrutura física e de recursos humanos em condições para o desenvolvimento das atividades de acordo com as normas disciplinares da administração pública.</i>
Síntese dos resultados obtidos
<i>Os processos administrativos estão sendo montados na origem para todos os processos licitatórios.</i>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<i>A falta de pessoal na sede da UJ tem sido o principal gargalo para ajustar os procedimentos administrativos.</i>

Quadro A.15.3P - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos a Entidade que proceda a formalização de processo administrativo na realização de despesas, promovendo a realização de licitação adequada às aquisições efetuadas, bem como realize empenho prévio para tais gastos.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Síntese da providência adotada:			
<i>A CR/JPR acata integralmente as recomendações propostas, para tanto está implantando os procedimentos necessários para manter um controle efetivo sobre a formalização dos processos e dos procedimentos de compra, bem como a auditoria interna de todos os procedimentos relacionados a licitação de produtos e serviços.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Os processos de compra estão sendo efetivados com maior consistência.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>A falta de pessoal na sede da UJ tem sido o principal gargalo para ajustar os procedimentos administrativos.</i>			

Quadro A.15.3Q - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201106172 - FINAL	Registro n.º 1	Solicitação de Auditoria - PVH/RO, 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO			088184
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendação 1:</i>			

<i>Recomendamos a Entidade que reveja os procedimentos adotados em processos de dispensa de licitação, adotando medidas que visem sanar as falhas apontadas em processos posteriores.</i>	
<i>Recomendação 2:</i>	
<i>Recomendamos a Entidade que atente ao cumprimento das recomendações apresentadas pelo Controladoria-Geral da União, evitando a reincidência de constatações já apresentadas pelo órgão de controle interno em relatórios prévios.</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
<i>Coordenação Regional de Ji-Paraná-RO</i>	<i>088184</i>
Síntese da providência adotada:	
<i>Atendimento 1:</i>	
<i>A UJ se compromete a rever todos os procedimentos adotados em processos de dispensa de licitação, adotando procedimentos corretos para sanar as falhas apontadas nesta Solicitação de Auditoria.</i>	
<i>Atendimento 2:</i>	
<i>Na condição de Coordenador Regional da Funai em Ji-Paraná estou me comprometendo a colocar em prática as recomendações da Controladoria-Geral da União.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
<i>A UJ passou a adotar as recomendações da Controladoria Geral da União, resultando em melhor aplicabilidade dos orçamentos com ganhos na realização de processos licitatórios de forma correta.</i>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>A falta de pessoal na sede da UJ tem sido o principal gargalo para ajustar os procedimentos administrativos.</i>	

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

As principais realizações da gestão no exercício tem como âncora o Decreto de Reestruturação da FUNAI a partir da instalação da Coordenação Regional, com abrangência de jurisdição nas terras indígenas Igarapé de Lourdes, Karitiana, Karipuna, Rio Branco, Uru Eu Wau Wau e Zoró foram:

Consolidação dos acordos compensatórios referentes aos impactos ocasionados pelas obras do PAC em Rondônia, notadamente os empreendimentos hidrelétricos no rio Madeira e pavimentação asfáltica da BR 429;

Aprovação e nomeação do Comitê Regional de Ji-Paraná, composto de doze lideranças indígenas e doze Coordenadores Técnicos Locais, mais o Coordenador Regional, com função consultiva e deliberativa sobre a programação das atividades fins e do relatório correspondente; Atendimento aos índios moradores das terras indígenas jurisdicionadas com fomento, capacitação e apoio com ações de etnodesenvolvimento e fomento as atividades produtivas;

Promoção dos direitos indígenas com atendimento nas demandas de apoio a saúde, assistência social, direitos previdenciários, direitos de cidadania e apoio na busca de benefícios garantidos pelo poder público federal;

Realização de estudos históricos antropológicos e fundiários para identificação e delimitação de terra indígena para o povo Migueleno e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas Poruborá e Cabixi.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las.

A estrutura operacional da Coordenação Regional apresenta gargalos quanto a espaço físico insuficiente para acomodar o quadro atual de servidores.

O quantitativo de servidores apesar de ter sido melhorado, continua insuficiente para desenvolver todas as competências atribuídas a UJ. Para o suprimento de pessoal qualificado, aguarda o chamamento dos concursados para ingresso de servidores na instituição. Outra possibilidade poderá ser a transferência de servidores ex-ofício de outras unidades para a

Coordenação de Ji-Paraná.

Para sanar o problema de espaço físico a UJ está pretende iniciar a construção da sede, bem como alugar um outro imóvel com um mínimo de 20 (vinte) salas para escritório, contendo garagem, acessibilidade para portadores de necessidades especiais, dentre outras funcionalidades e instalações.

Importante registrar que a falta de pessoal especializado contribuiu significativamente na condução dos processos de compra e contratação de serviços para atender as demandas das comunidades indígenas.

Por fim, uma dificuldade relevante reside na insuficiente estrutura logística para atender o conjunto total das ações que precisam ser realizadas nas terras indígenas, onde se inclui a distância, permanência em área e deslocamento nas faixas de perímetro de entorno das terras indígenas ou mesmo dentro da mesma, em carreados ou veios fluviais.

A não implantação e instalação das Coordenações Técnicas Locais se constituíram um dos principais gargalos devido a desativação dos Postos Indígenas e Núcleos de Apoio Local, não estando a funcionar nenhuma instância de ação finalística de atendimento ao índio.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício.

- Estruturação física da Unidade Regional e das CTL;
- Instalação das CTL's ainda não implantadas;
- Mapeamento dos fluxos de procedimentos administrativos;
- Capacitação de servidores em processos de conta e pregão;
- Incorporação da unidade aos sistemas remotos da Previdência Social e outros; e
- Nomeação e instalação do setor de controle interno no âmbito da UJ.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ/RO.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ/RO			190004
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO.</p> <p><i>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</i></p>			
Local	Brasília-DF	Data	29 de março de 2012.
Contador Responsável	Maria Raquel Bastos de Carvalho	CRC n°	4.803/DF